



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



DIULIANE FORTUNATO DE SOUZA

**DIREITOS DAS MULHERES, TRIPLA JORNADA E A CONSTRUÇÃO
DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Ivaiporã

2023

DIULIANE FORTUNATO DE SOUZA

**DIREITOS DAS MULHERES, TRIPLA JORNADA E A CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Marques

Ivaiporã

2023

DIULIANE FORTUNATO DE SOUZA

**DIREITOS DAS MULHERES, TRIPLA JORNADA E A CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas Marques
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Dr^a Edinaura Luza
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Bozzo Ferrareze
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, ____ de _____ de 2023.

Deve ser algo na água, ou fato de eu ser
filha da minha mãe.
(Miley Cyrus)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha mãe por sempre ter me inspirado a melhor versão de mulher que eu posso ser.

Dedico esse trabalho também à Tânia, por ter sido parte do que me manteve forte quando eu mais precisei. Que esteja descansando em paz!

AGRADECIMENTOS

Entrar e permanecer no curso até o final foi um grande obstáculo para mim, uma vez que eu sou aluna trabalhadora. E no meio desse processo também passei a ser uma dona de casa. Passei por inúmeras dificuldades para conquistar meu sonho e aqui estou, concluindo a tão esperada graduação no curso que eu amo. No meio desse caminho, encontrei pessoas que foram essenciais para que eu continuasse no meu caminho rumo à formação.

Quero agradecer primeiramente à minha mãe, por ter me criado uma boa parte sozinha e nunca ter me deixado faltar nada, além de apoiar-me em todas as minhas decisões, mesmo que às vezes não me entendesse. Mãe, eu consegui e esta vitória é sua também! Preciso agradecer também ao meu pai, por estar sempre ao lado dela e, a partir dos meus quatro anos de idade, ter acompanhado a minha criação. Agradeço ao meu irmão por ser tão protetor e inspirar-me o mais perto do sentimento de maternidade que até agora senti. Vocês são a minha base. Eu amo vocês!

Quero agradecer à Tania, que infelizmente não poderá acompanhar minha apresentação por estar em outro plano. Obrigada, minha amiga, por tudo, por ficar ao meu lado, mesmo quando outras pessoas não tentaram me compreender. Eu nunca vou me esquecer de você. Obrigada por ter me permitido ser sua amiga. Um dia a gente se encontra!

Agradeço ao meu companheiro, Angelino, por ter paciência e estar comigo, mesmo quando não entende os meus projetos. Embora tenha entrado na minha vida na metade do curso, eu sei que ele foi parte do que me manteve forte. Amo você!

Agradeço ao professor Douglas, por embarcar nesse sonho comigo e ter me orientado tão bem. Obrigada pela empatia, comprometimento, conexão e também por ter acreditado no meu potencial. Professor, você é incrível, como profissional, como ser humano. Eu tenho muito orgulho de ter sido sua orientanda.

Agradeço à Carol, Naará e Izabelle, por acompanharem o meu processo de desenvolvimento enquanto pessoa, e também o acadêmico, reforçando a minha capacidade e incentivando-me sempre. Obrigada, minhas amigas, eu sempre vou amar vocês, mesmo que a distância tenha nos afastado por condições objetivas.

Quero agradecer ao Higor, por amparar-me no meu desenvolvimento intelectual e ocupar o espaço de irmã gêmea no meu coração. Nossos sonhos para

o futuro, são incríveis, e eu agradeço a deusa por te ter como meu companheiro de caminhada.

Agradeço à Bibi, pela amizade que desenvolvemos nesse último ano e por estar comigo nos meus projetos para além da academia. Amiga, obrigada por tanto.

Agradeço a Chloe, por contribuir tanto no meu processo de desconstrução e por aflorar-me o mais lindo dos sentimentos de amor, proteção e necessidade de luta conjunta. Chloe, eu estou contigo até o fim. A luta feminista só é completa quando abarca a todas nós!

Quero agradecer a todas as meninas do grupo de estudos feministas Clara Zetkin, por ajudarem-me a realizar meu sonho de poder criar esse espaço de acolhida e aprendizagem. Quero dizer que todas são incríveis em suas particularidades e que isso é o que faz nosso grupo tão mágico.

Quero agradecer a Kawana, por ter me permitido permanecer na sua vida, mesmo que tenha cometido alguns deslizes. Agradeço também às demais meninas do curso pela caminhada.

Obrigada Vinicius e Jocelene, por me permitirem estudar enquanto trabalhava na Portelinha. Embora essa empatia precisasse partir de todos os empregadores, nós sabemos que isso não acontece. Sou muito grata a vocês por terem me permitido continuar construindo o meu sonho. Nunca vou esquecer-me de tudo o que fizeram por mim. Saibam que o que eu sou e o que eu ainda vou ser tem muito da contribuição de vocês.

Obrigada Edna, Vanessa, Marilma, Janaína, Ruthe, Márcia e Aline, por terem sido ótimas colegas de trabalho e me ensinado tanto no período em que estive trabalhando com vocês. Sempre vou me lembrar de vocês com muito carinho.

Gostaria de agradecer aos professores do curso de Serviço Social, por terem ajudado na desconstrução dos meus posicionamentos errôneos e agradecer por terem me ensinado a desenvolver esse exercício de eterna desconstrução.

Obrigada ao professor Eduardo, por ter me ajudado com as tantas desconstruções e me passado confiança em momentos que essa era essencial para a conclusão dos meus processos acadêmicos.

Agradeço à Laisa e à Rúbia, por terem sido ótimas supervisoras de campo e por todos os momentos de aprendizado!

Quero também agradecer à Cris e a Ele, por estarem comigo em momentos super difíceis. Elas são para mim mais do que supervisoras, mas amigas! Vocês são

pessoas incríveis na minha vida. São supervisoras de campo que sempre me deram autonomia para fazer os projetos que idealizei. Amo vocês!

Agradeço à Pricila, à Marcele e ao Marcos, que são os demais técnicos que compõem a equipe do Escritório Regional da SEDEF Ivaiporã. Obrigada por toda força e incentivo nesse período de estágio. Eu tenho um grande carinho por vocês e levarei-os pra sempre comigo.

Gostaria de agradecer a todos que de certa forma contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade. Se pudesse, colocaria o nome de um por um aqui, mas vocês estão contemplados nessas linhas de alguma forma!

Por fim, gostaria de agradecer à minha deusa que me inspirou a dar sempre o meu melhor. Obrigada Hekate, Deus, que eu continue sendo um canal de ligação ao sagrado feminino de luta e de resistência.

RESUMO

Palavras-chave: Direitos das mulheres, Tripla Jornada, Gênero, Universidade Pública.

O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é compreender a constituição da tripla jornada de estudantes universitárias e como contribui para reforçar a contraditória reprodução da concepção de gênero da sociedade no âmbito da universidade pública. Para isso, a pesquisa ancora-se na análise histórica da construção de gênero na modernidade capitalista, além de problematizar a constituição da tripla jornada a partir da realidade das estudantes do Curso de Serviço Social da UEM, que estão em situação de cancelamento ou trancamento de curso, além daquelas que estão matriculadas regularmente. Levando em consideração a estrutura patriarcal e o papel do feminismo nesse processo. O delineamento principal foi um estudo sobre a construção de gênero sob o recorte da constituição do masculino e seus desdobramentos na modernidade capitalista. Neste sentido, coloca-se como problema de pesquisa: Em que medida o acesso aos direitos e a constituição da tripla jornada de trabalho das mulheres reproduzem a dominação de gênero na realidade das estudantes de Serviço Social da UEM em 2022? A presente pesquisa, de natureza qualitativa, com delineamento descritivo, teve em sua etapa de execução a pesquisa de campo, através de aplicação do questionário as estudantes do Curso de Serviço Social da UEM. Podemos evidenciar a relação direta entre a tripla jornada e a permanência na universidade pública. As informações prestadas pelas alunas do Curso de Serviço Social levam-nos a refletir sobre a realidade da inserção destas no mercado de trabalho, informal na sua maioria, a alta carga horária de trabalho diária e os papéis de mãe e companheiras, elementos da tripla jornada, que vêm fragilizando o direito ao acesso à educação, em especial, no ensino superior.

ABSTRACT

Keywords: Women's rights, Triple Journey, Gender, Public University

The objective of this Course Completion Work (TCC) is to understand the constitution of the triple journey of university students contributes to reinforce the contradictory reproduction of the gender conception of society within the scope of the public university. For this, the research is anchored in the historical analysis of the construction of gender in capitalist modernity, in addition to problematizing the constitution of the triple journey by the students of the Social Work Course at State University of Maringa (UEM), taking into account the patriarchal structure and the role of feminism in this process. The main design was a study on the construction of gender under the outline of the constitution of the masculine and its consequences in capitalist modernity. In this sense, a research problem arises: to what extent do women's access to rights and the constitution of the triple working day reproduce gender domination in the reality of Social Work students at UEM in 2022? The present research, of a qualitative nature, with a descriptive design, had in its execution stage the field research, through the application of the questionnaire to the students of the Social Work Course at UEM. We can highlight the direct relationship between the triple shift and staying at a public university. The information provided by the students of the Social Work Course lead us to reflect on the reality of their insertion in the labor market, mostly informal, the high daily workload and the roles of mother and partner, elements of the triple shift, which have been weakening the right to access education, especially in public university.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED:	Associação Brasileira de Educação a Distância.
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPJUS	Centro de Pesquisa Jurídica e Social
COPEP	Comitê Permanente de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FA	Fundação Araucária.
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexualidade, + Demais orientações sexuais e identidades de gênero, Não Binariedade, Drag Queen
MEC	Ministério da Educação
PIBIS	Programa de Apoio a Inclusão Social
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PROINTE	Programa de Integração Estudantil
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UP	Universidade Positivo

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01: Idade das Participantes	60
Gráfico 02: Quantidade de filhos por participantes.....	61
Gráfico 03: Condição Civil das Participantes.....	62
Gráfico 04: Trabalho/ Ocupação, além de carga horária desempenhadas pelas participantes	64
Gráfico 05: Abordagem de Gênero na UEM CRV	65
Gráfico 06: Preparo dos professores em relação a discussão de gênero	66
Gráfico 07: Identificação de machismo na Universidade.....	67
Gráfico 08: Quanto ao preconceito na universidade	68
Gráfico 09: Principais Consequências do Acúmulo de carga horária/ Representação Tripla Jornada	69
Gráfico 10: Participação de projetos de iniciação científica, Pesquisa e extensão ..	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NA MODERNIDADE CAPITALISTA	15
1.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA MODERNIDADE CAPITALISTA	17
1.2 A CONSTITUIÇÃO DO CASAMENTO E DA FAMÍLIA NORMATIVA PATRIARCAL.....	23
1.3 GÊNERO, PATRIARCADO E FEMINISMO	27
2 CONQUISTAS E DESAFIOS AOS DIREITOS DAS MULHERES: TRIPLA JORNADA E O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	35
2.1 ANÁLISE DOS DIREITOS CONQUISTADOS PELAS MULHERES ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.....	36
2.2 PÓS-CONSTITUIÇÃO de 1988, DIREITOS CONQUISTADOS (E FRAGILIZADOS/PERDIDOS) PELAS MULHERES.....	40
2.3 TRIPLA JORNADA: CONQUISTAS OU REPRODUÇÃO DA LÓGICA DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO?	43
2.3.1 Realidade das estudantes do sexo feminino no mercado de trabalho e evasão no ensino superior.....	46
2.3.2 Tripla jornada e a evasão de estudantes do sexo feminino no Brasil.....	50
2.4 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	55
3 GÊNERO E TRIPLA JORNADA: CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DAS ALUNAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	59
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES.....	59
3.2 GÊNERO NA UNIVERSIDADE	64
3.3 TRIPLA JORNADA NA UNIVERSIDADE	69
3.4 GÊNERO E TRIPLA JORNADA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: TENSÕES, DESAFIOS E APRENDIZADOS.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	90
Apêndice 1 Questionário	90
Apêndice 2 TCLE	93

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo fazer um estudo sobre a construção de gênero sob o recorte da constituição do masculino/feminino e seus desdobramentos na universidade pública, em especial, na realidade das estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Fazendo os apontamentos pertinentes ao âmbito em que os direitos das mulheres foram construídos, reforçando o papel do feminismo para a realização desses até a resposta do Estado para atender as demandas trazidas por esse público.

O estudo considera importante analisar a construção da tripla jornada de vida em que as mulheres são submetidas, e, posteriormente, direcionar o foco para a realidade das estudantes de Serviço Social da UEM em 2022, explorando como a constituição da tripla jornada de vida afeta na forma como essas adentram a universidade, e no processo de formação acadêmica.

Em tempos pandêmicos, como essas mulheres conseguem dar continuidade sabendo que mais jornadas são acrescentadas em sua materialidade de vida? Seria a universidade pública mais um mecanismo da reprodução de gênero, espelho da modernidade capitalista? Nessa perspectiva, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: Em que medida o acesso aos direitos e a constituição da tripla jornada de trabalho das mulheres reproduzem a dominação de gênero na realidade das estudantes de Serviço Social da UEM em 2022?

Busca-se analisar historicamente a construção de gênero na modernidade capitalista, além de problematizar o acesso de direitos das mulheres na estrutura patriarcal e o papel do feminismo, além de um recorte em tempos pandêmicos.

Para tanto, o trabalho volta-se para a natureza de pesquisa qualitativa, pois, “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos” (GODOY, 1995, p. 21), além de ser descritiva, pois tem como objetivo “a descrição das características de determinada população” (GIL, 2010, p. 27).

A metodologia para a amostragem da pesquisa dar-se-á através de amostra não probabilística, a qual, segundo Neto (2010, p. 88), “são aquelas em que nem todos (pessoas, organizações, cidades) têm a mesma possibilidade de fazer parte da amostra”, dando ênfase à denominada de amostra atípica. Esta, segundo Neto

(2010, p. 88), “é escolhida a partir das necessidades de estudo do pesquisador, necessidades voltadas para o objeto da pesquisa: as situações de tripla jornada das alunas; a fragilização dos direitos sociais e sobrecarga de trabalho.

A população descrita nesse trabalho trata-se de alunas regularmente matriculadas e que trancaram ou desistiram do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizado no Campus Regional do Vale do Ivaí, em Ivaiporã/PR, as quais convivem com realidades paralelas aos estudos. São estudantes-mãe no contexto da “tripla jornada” com jornadas de trabalhos domésticos, prestação de serviços, dentre outros. Considera-se importante explorar esse público em detrimento do masculino pelo entendimento que elas são os sujeitos mais afetados com a construção de gênero e até mesmo por determinações biológicas, necessitando conviver com os estudos e a maternidade, entre outros.

O presente trabalho, no capítulo I retoma a reflexão sob a metamorfose que a mulher dona de casa, esposa, sofreu, além da luta travada por melhorias de trabalho e salário, abordando dominação feminina e a discussão entre patriarcado, gênero e feminismo. O capítulo II foca na discussão sobre os direitos das mulheres e como eles foram conseguidos na movimentação histórica social, além discutir a tripla jornada e as condições de acesso e permanência das mulheres no ambiente universitário. Finalizando, no capítulo III, temos os resultados da pesquisa realizada com as alunas de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá UEM, abordando gênero e tripla jornada.

1 A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NA MODERNIDADE CAPITALISTA

Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, e sim, sobre elas mesmas. (Mary Wollstonecraft)

Existe, na atual estrutura social, alguns pilares que servem como fundantes na construção das relações sociais, como o racismo e, em especial, o machismo. O segundo, em grande ou em total parte, tem ligação com um debate que se formaria posteriormente nas relações de exploração de um sexo sobre o outro.

No recorte de gênero, especificamente, na construção feminino e masculino, temos o norte para que esse estudo possa ser realizado. Desta forma, utilizaremos de pesquisa bibliográfica na literatura feminista especializada, autores como Joan Scott (1941) Simone de Beauvoir (1908-1986) Heleieth Saffiot (1934-2010) e Judith Butler (1956). Para fundamentação teórica em gênero, além de nomes marxistas clássicos sobre a exploração da modernidade capitalista como Alexandra Kollontai (1872-1952) e Clara Zetkin (1857-1933). Estaremos apoiados em Michelle Perrot (1928) Pierre Bordieu (1930-2002) e Friedrich Engels (1820-1895). Para abordar dominação e gênero, estaremos partindo de Joan Scott (1941), Judith Butler (1956) e Mirla Cisne (2015) em sua obra *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social* (2015), dessa forma, contemplaremos a abordagem do feminismo na perspectiva do Serviço Social.

O período histórico ao qual a análise será feita trata-se do século XIX e início do século XX, mais precisamente com o desenvolvimento da Revolução Industrial, o que deu corpo para a modernidade capitalista. O capitalismo, a partir da visão marxista a qual é a linha de análise que utilizaremos para esse trabalho, trata:

o capital como uma relação social e o capitalismo como um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital (MARTINELLI, 2011, p. 29).

O fato é que esse novo sistema não só ditou na sociedade as formas de produção de capital, mas também trouxe consigo desdobramentos culturais e sociais ao qual o principal é o acúmulo de dinheiro e propriedade privada concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, em detrimento da generalização da miséria e várias outras expressões da questão social. Afinal, a questão social é um

produto da acumulação capitalista, já que “a história do capitalismo, é a história das classes sociais!” (MARTINELLI, 2011, p. 30).

Trataremos nesse trabalho da modernidade capitalista que se inicia a partir das raízes do processo de acumulação primitiva do capital (1985, p.29) datada em meados do século XV e XVI, ao qual se tem a inserção das máquinas na produtividade. Segundo Marx (2019, p.509), “todos os representantes de algum porte da economia política admitem que a introdução das máquinas constitui uma calamidade para os trabalhadores dos artesanatos e das manufaturas tradicionais”.

Com a exclusão de grande parte do trabalho humano, e inserindo a produção em massa mundialmente, para Bottini e Batista (2013, p. 01):

A Revolução Industrial ocorreu graças às melhoras significativas que a Inglaterra promoveu no século XVIII nas vias de transportes e nas comunicações, assim como, houve também um crescimento do mercado consumidor interno e das exportações.

A Revolução Industrial provocaria uma intensa mudança na estrutura social e econômica, trazendo novas formas de produção. Nesse sentido, “é necessário compreender que a Revolução Industrial foi um longo processo que ocorreu primeiro na Inglaterra e depois se expandiu para outros países” (BOTTINI; BATISTA, 2013, p.01).

Com seu advento, a estrutura social e as relações complexificam-se e o capitalismo conseguiu usar, por exemplo, o Estado para agir diante de suas demandas, já que “quanto mais acumulam riqueza, maior é o seu poder político” (MARTINELLI, 2011, p. 32).

Nota-se, nesse contexto, uma intensa onda de exploração e condições de insalubridade a todos os sujeitos inseridos nesse novo processo de acumulação no qual “o dia de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho” (MARX, 2019, p. 286). A partir dessa contextualização, abrimos espaço para uma abordagem de gênero na modernidade capitalista.

1.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA MODERNIDADE CAPITALISTA

Com a maturação do sistema capitalista e suas inúmeras transformações, este obriga novos personagens a serem inseridos na história. Em tal modo de produção a antiga protagonista da gestação dos filhos e dos cuidados da casa adota uma nova posição diante da sociedade: a mulher proletária, que passa a ser uma mulher moderna, surgindo como novo sujeito na engrenagem do capital. Ela é obrigada a aprender novas funções e adota uma nova jornada à sua primária rota de vida, de mãe/dona de casa, passando a ser também proletária:

A realidade capitalista contemporânea parece esforçar-se em criar um tipo de mulher, que, pela formação do seu espírito, se encontra incomparavelmente mais próxima do homem do que da mulher do passado. Esse tipo de mulher é uma consequência natural e inevitável da participação da mulher na vida econômica e social. O mundo capitalista só recebe as mulheres que souberam desprezar, a tempo, as virtudes femininas e que assimilaram a filosofia da luta pela vida. Para as inaptas, isto é, para aquelas mulheres pertencentes ao tipo antigo, não há lugar nas fileiras das classes trabalhadoras (KOLLONTAI, 1978, p. 15).

Essa passagem de Kollontai (1978) é interessante porque nos faz pensar para além do novo personagem (mulher) que surgiu. Se o leitor atentamente refletir, perceberá que ela nos traz as reflexões sobre como essa estrutura é machista e como lida com arbítrio à mulher, a depender das necessidades capitalistas. Seguindo nessa linha de pensamento, a autora continua:

Se as relações de produção que durante séculos mantiveram a mulher fechada em casa e submetida ao marido, que as sustentava, são as mesmas que ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inaptada a luta do cotidiano e as submetem a dependência econômica do capital (KOLLONTAI, 1978, p. 14).

O machismo tem o patriarcado como legítima representação – ao qual deu sustentação para que o sistema capitalista pudesse continuar a trajetória produtiva e exploradora. Isso significa que, a depender do contexto histórico, os sujeitos oprimidos ocuparão diferentes posições, mas, no caso da figura feminina, essa não será incluída na construção histórica, já que “da história, muitas vezes, a mulher é excluída” (PERROT, 1988, p. 185), e isso é uma demonstração do poder hegemônico masculino.

Direcionando nosso foco para o principal sujeito dessa pesquisa, as mulheres, estas também ocuparam diferentes posições de opressão dentro desse “jogo”. E para que possamos construir essa temática, é de extrema importância citar Walby (1990) e sua discussão sobre patriarcado, pois, segundo essa autora:

A noção de um sistema patriarcal é a tomada como uma moldura de significados, que possibilita compreender as desigualdades persistentes entre os próprios homens, entre estes e as mulheres, motivadas, sobretudo, pela passagem de um patriarcado privado para um patriarcado público (BANDEIRA, s/a, p. 2, *apud* WALBY, 1990, s/p).

Enquanto provedora dos cuidados domésticos, “ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos” (BOURDIEU, 2010, p. 41), a mulher mantinha a segunda posição na hierarquia familiar, alimentando a imagem de cuidadora e bondosa, mas, sobretudo, no inconsciente, ou seja, aquela estrutura subjacente, que limita/bloqueia a consciência. A feminilidade esteve, e ainda está atrelada ao cuidado, no sentido de que:

O trabalho doméstico constitui-se, ainda, na estrutura predominante do patriarcado privado, caracterizado pela apropriação da condição individual da mulher, na família, e sua exclusão do espaço público (BANDEIRA, s/a, p. 02, *apud* WALBY, 1990, s/p).

O homem, ao contrário, na construção histórica, sempre esteve atrelado às funções socialmente construídas como relevantes e de maior destaque, revelando seu protagonismo na construção da história. Posteriormente, as funções socialmente ocupadas pela mulher, além de toda a construção objetiva entre homem e mulher, seriam estudadas e compreendidas a partir da discussão de gênero, tema que estudaremos no decorrer deste trabalho.

Quando a mulher, enfim, ocupa outro espaço, depara-se com a realidade ao qual:

[...] o Estado e o trabalho assalariado se constituem nas expressões maiores do patriarcado público, o qual implica uma apropriação coletiva das mulheres pela segregação e pelas subordinações que vivenciam na esfera pública (BANDEIRA, s/a, p. 2, *apud* WALBY, 1990, s/p).

Com a finalidade de constituir-se de mão de obra barata, a Revolução Industrial, que serviu como um período histórico em ascensão da participação feminina, recrutou-a para expropriação da mais valia. Assim, começaram a ocupar

os espaços públicos e serem exploradas duplamente, ora como dona de casa, ora como trabalhadora das fábricas. Além de, nesses espaços, ocuparem posições ditas específicas para o seu gênero, como apontado num texto operário datado em 1867, e citado na obra de Michelle Perrot, *Excluídos da História, Mulheres e Prisioneiros* (1988):

Ao homem, a madeira e os metais, a mulher, a família e os tecidos”. Ao adentrarem na vida pública as mulheres, mais uma vez ficaram à mercê da dominação masculina, trabalhando exaustivamente nas fábricas, em condições análogas à escravidão. O trabalho das mulheres nas fábricas, “não somente acentuou a precarização do trabalho dos homens, como foi criado em condições muito piores do que a dos homens (HESPANHOL, 2021, p. 21, *apud* ZETKIN, 1889, s/p).

Com importante contribuição, a feminista marxista Clara Zetkin (1889) aponta para a condição precarizada e excludente das mulheres em relação aos homens nas fábricas, além da desorganização de grupos políticos emancipatórios em relação às pautas femininas.

A mulher, nesse contexto, fez parte da luta organizada e proletária por melhorias nas condições de trabalho, mas o machismo encobria a luta operária, já que a mulher enquanto “militante, tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos que consideram normal serem seus porta-vozes” (PERROT, 1988, p.186).

O machismo, por ser estruturante e enraizado em todos os homens, (apesar de muitos praticarem o exercício de desconstrução), fez com que os frutos desse desigual sistema social atingissem até mesmo organizações proletárias que visavam à emancipação do indivíduo, como o comunismo, mostrando a força que a construção social tem no modo de vida das pessoas.

Essa denúncia era feita por importantes nomes marxistas feministas, como, por exemplo, Clara Zetkin (1896), que fez uma importante conexão entre o trabalho privado e o público, além das implicações psicológicas dessas para as mulheres¹:

¹ Os textos da Clara Zetkin são de difícil acesso, o conteúdo trazido, foi retirado da dissertação da mestranda Camila Garcia Hspanhol, apresentado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade de Brasília (UnB)

A oradora afirma que a mulher, que por séculos viveu majoritariamente restrita ao lar (com exceção de conventos, fraternidades e alguns tipos de organizações), se deparou com um mundo completamente diferente do que suas antepassadas viveram. A carência de sentido encontrado nos afazeres domésticos as impulsionou para a vida externa e, segundo Zetkin, neste momento surge a “questão da mulher” porque, ao ser deparar com a necessidade de sair de casa, a mulher se confronta com um mundo exterior sem direitos para elas (ZETKIN, 1896). Ou seja, ela passa a questionar seu papel na sociedade, seus direitos e deveres. (HESPANHOL, 2021, p. 23, 2021, *apud* ZETKIN 1896, s/p)

Uma vez inseridas no trabalho fabril, as mulheres depararam-se com exploração, dupla jornada de vida e condições precárias e, com isso, o consciente crítico dessas mulheres começou a ser mudado para que surgisse um estranhamento em relação às condições exploratórias as quais estavam inseridas. Isso permitiu tais mulheres questionarem o padrão de vida e as relações sociais propostas pelo capitalismo (KOLLONTAI, 1978). A partir disso, pontua:

A mulher da classe operária contempla como nasce e fortalece dentro de si a consciência da sua individualidade independente. Tem fé nas suas próprias forças. Gradualmente, de forma inevitável e poderosa, desenvolve-se o processo de acumulação de novos caracteres morais e espirituais da mulher operária, caracteres que lhe são indispensáveis como representantes de uma classe determinada. Há, porém, algo ainda mais essencial; é que esse processo de transformação da estrutura interior da mulher não se reduz unicamente a personalidades, mas corresponde a grandes massas, a círculos muito grandes e cada vez maiores (KOLLONTAI, 1978, p. 17).

Antes das marxistas operárias apontarem essas diferenças entre os sexos, especialmente na divisão sexual do trabalho, denunciando a dupla jornada de vida das mulheres, outras mulheres em meados do século XVIII já questionavam suas posições inferiores em relação aos homens, como, por exemplo, Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797). Estas serão abordadas posteriormente no que diz respeito às ondas feministas. No entanto, é importante trazer de antemão para o leitor que a luta pelos direitos das mulheres foi pensando em muitos contextos, até começarem a despontar².

Voltando ao contexto da Revolução Industrial no período do séc XIX e XX, a denúncia feita pelas marxistas indica que o estranhamento das mulheres fez com

² Antes mesmo dessas autoras, Christine de Pizan (1364-não se sabe o ano de sua morte), Marie de Gournay (1565-1645), Sor Juana Inés de La Cruz (1648-1695) já debatiam sobre a dominação masculina. Material retirado do jornal alternativo NEXO, acesso em 11 ago, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>

que essas lutassem pelos seus direitos de igualdade com os homens, além de destacarem a posição da mulher operária em relação à mulher burguesa:

A narradora afirma que a mulher proletária, mesmo oprimida pelo sistema capitalista, tem mais liberdade individual do que a mulher burguesa, já que esta não precisa financeiramente sair de casa para trabalhar. Ela assegura ainda que essa relação cria uma rivalidade da mulher contra o homem da burguesia, diferentemente das mulheres e homens proletários, que lutam juntos contra o capitalismo (HESPANHOL, 2021, p. 23 *apud* ZETKIN, 1896, s/p).

A luta operária alcançou uma luta coletiva entre homens e mulheres depois de mulheres como Zetkin (1896) argumentarem e mostrar a importância de respeitar-se a luta da mulher para que essa pudesse contribuir em pé de igualdade com a luta socialista. Nesse sentido, “ela convocou, então, os homens socialistas a lutarem ao lado das mulheres para a vitória do socialismo” (HESPANHOL, 2021, p. 21, *apud* ZETKIN, 1896, s/p).

A mulher foi muito importante no contexto das reivindicações e, como estudos mostram, as condições de trabalho nas fábricas eram de uma exaustão intensa para os trabalhadores:

No século XIX e no início do XX, nos países que se industrializavam, o trabalho fabril era realizado por homens, mulheres e crianças, em jornadas de 12, 14 horas, em semanas de seis dias inteiros e freqüentemente incluindo as manhãs de domingo. Os salários eram de fome, havia terríveis condições nos locais da produção e os proprietários tratavam as reivindicações dos trabalhadores como uma afronta (BLAY, 2001, p. 601).

As ondas de reivindicações seguiam seu curso na luta “por melhores salários, pela redução das jornadas e pela proibição do trabalho infantil” (BLAY, 2001, p. 601). No entanto, essa luta organizada não se colocava a favor das pautas específicas femininas para que pudessem equiparar-se ao direito dos homens, mesmo que os apontamentos fossem feitos pelas mulheres:

As trabalhadoras participavam das lutas gerais, mas, quando se tratava de igualdade salarial, não eram consideradas. Alegava-se que as demandas das mulheres afetariam a “luta geral”, prejudicariam o salário dos homens e, afinal as mulheres apenas “completavam” o salário masculino (BLAY, 2001, p.601).

Mesmo participando ativamente da luta operária, as mulheres eram deixadas em segundo plano. Mais uma vez o machismo perpassa o contexto histórico. Assim,

vê-se como a organização feminina é importante em toda essa construção por lutas. É necessário compreender a luta operária em sua totalidade atingindo a todos os sujeitos responsáveis.

Sobre as lutas operárias:

A cada conquista, o movimento operário iniciava outra fase de reivindicações, mas em nenhum momento, até por volta de 1960 em escala global, a luta sindical teve o objetivo de que homens e mulheres recebessem salários iguais (BLAY, 2001, p.601).

Uma coisa é certa, as condições precárias no trabalho foram responsáveis pela tomada de consciência da mulher e sua exclusão no meio revolucionário contribuiu para que elas começassem a questionar a dominação masculina. E uma vez consciente, jamais poderiam voltar à condição inicial: a revolução feminina continua.

Clara Zetkin (1857-1933) e outras companheiras do movimento socialista apontaram, como já demonstrado nesse texto, a importância da inclusão feminina nas pautas de luta dos revolucionários de esquerda em busca de igualdade. Mesmo que tardiamente incluídas, as lutas não pararam até que as primeiras mortes registradas (isso não significa que somente nesse período vidas femininas foram ceifadas) ocorreram dentro dessas manifestações. Podemos citar o contexto dos Estados Unidos como base:

A emergente economia industrial norte-americana, muito instável, era marcada por crises. Nesse contexto, em 1903 formou-se, pela ação de sufragistas e de profissionais liberais, a *Women's Trade Union League*³ para organizar trabalhadoras assalariadas (BLAY, 2001, p. 602).

No decorrer do tempo histórico no séc XIX muitas outras manifestações ocorreram, agora também lutando pelo direito ao sufrágio no qual “no último domingo de fevereiro de 1908, mulheres socialistas dos Estados Unidos fizeram uma manifestação a que chamaram *Dia da Mulher*, reivindicando o direito ao voto e melhores condições de trabalho” (BLAY, 2011, p. 602).

As organizações seguiram posteriormente “no ano seguinte, em Manhattan, o Dia da Mulher reuniu 2 mil pessoas” (BLAY, 2001, p. 602). Mesmo com essa

³ Liga Sindical Feminina.

alcunha, a primeira a propor o dia das mulheres⁴ como sendo o dia 8 de março foi Clara Zetkin (1857-1933) em 1910 no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas.

As respostas para essas ações reivindicatórias por parte dos empregadores foram carregadas de medidas repressivas a fim de controlar as trabalhadoras, citadas por Blay (2001, p. 603) “muitas fábricas trancavam as portas dos estabelecimentos durante o expediente, cobriam os relógios e controlavam a ida aos banheiros”.

As diversas ações, no entanto, não foram capazes de frear as trabalhadoras, que se uniam cada vez mais na luta para garantir seus direitos. Infelizmente, nesse processo alguns fatos trágicos ocorreram. O mais lembrado foi o incêndio na *Triangle Shirtwaist Company*⁵:

A Triangle empregava 600 trabalhadores e trabalhadoras, a maioria mulheres imigrantes judias e italianas, jovens de 13 a 23 anos. Fugindo do fogo, parte das trabalhadoras conseguiu alcançar as escadas e desceu para a rua ou subiu para o telhado. Outras desceram pelo elevador. Mas a fumaça e o fogo se expandiram e trabalhadores/as pularam pelas janelas, para a morte. Outras morreram nas próprias máquinas. O Forward publicou terríveis depoimentos de testemunhas e muitas fotos.¹⁵ Morreram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens, na maioria judeus (BLAY, 2001, p. 604 *apud* HOWE; LIBO, 1979, p. 186)

No próximo subtítulo faremos um panorama de dominação que antecede a discussão do ingresso da mulher na vida pública, abordando o casamento e a família patriarcal, que são extremamente importantes para fazer-se a construção da trajetória da mulher enquanto ser de direitos na nossa sociedade.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DO CASAMENTO E DA FAMÍLIA NORMATIVA PATRIARCAL

A primeira forma de dominação das mulheres foi, como apontado por Engels:

A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem a mero instrumento de procriação. (2019, p. 60).

⁴ Em alguns países o Dia foi comemorado em 28 de fevereiro ou em 15 de março, segundo apontado por Blay, 2001, p. 602.

⁵ Companhia de Blusas Triângulo.

A fala do autor expressa o que significou o poder masculino na sociedade capitalista e a “reversão do direito materno”⁶ (GOMES; BALESTERO; ROSA, 2016, p.26) no qual o homem, com sua força física, domina novos instrumentos da natureza e a mulher fica subordinada às vontades masculinas, vista como inferior, sendo negligenciada como ser de direitos.

A propriedade privada é produto da modernidade capitalista e o casamento é uma estrutura de poder intimamente ligada à divisão sexual do trabalho, além de reproduzir a tradição patriarcal. Segundo Heleieth Saffiot (2004, p. 47), o termo patriarcado “não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo”. De fato, a constituição do casamento teve na sociedade de classes papel primordial para a formação do padrão burguês a ser seguido:

A liberdade de espírito herdada do séc XVIII, não fere a moral familiar; esta permanece tal qual definem, no início do séc XIX, os pensadores reacionários como Joseph de Maistre e Bonald. Esses assentavam na vontade divina o valor da ordem e reclamam uma sociedade rigorosamente hierarquizada: a família, célula social indissolúvel, será o microcômico da sociedade: O homem está para a mulher, como a mulher para a criança; ou o poder para o ministro como o ministro para o súdito, escreve Bonald. (BEAUVOIR, 2016, p. 161).

O casamento na sociedade capitalista ditou as atividades que cada um atribui dentro da instituição familiar. Fica claro que, dentro desse padrão, existe uma divisão hierárquica, que beneficia um em detrimento do outro. Simone de Beauvoir (1908-1986) inclusive faz uma análise interessante:

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um para os outros, mas a necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos pé de igualdades com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece a coletividade (BEAUVOIR, 2016, p. 186).

No âmbito privado, o homem atua como provedor, protetor, além de ter o privilégio do espaço público; e a mulher, como a dona de casa, mãe e esposa, não tem no seu trabalho doméstico nenhuma remuneração e, por tal, esse trabalho

⁶ Autores como Bachofen, Morgan, e Engels, defendem a tese do matriarcado. Para eles a dominação do sexo feminino precedeu a dominação de classe. Conforme Engels, Bachofen, em seu *Direito Materno*, de 1861, formulou quatro teses que inauguram o estudo da história da família. (GOMES; BALESTERO; ROSA, 2016, p. 25).

não recebe o mesmo peso do trabalho assalariado do homem, o que demonstra as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros que se inscrevem (BOURDIEU, 2010, p. 41).

Para a filósofa feminista Simone de Beauvoir (1908-1986), outros elementos são também constituintes da dominação de um sexo para com o outro. Em seu livro *O segundo sexo*, vol I (2016, p.88), analisa que Engels “tentou reduzir a oposição dos sexos a um conflito de classes”. A autora explicita que existem outros problemas que acabam por colocar a mulher como inferior nessa nova sociedade que se forma com o advento capitalista, entre eles, o fator biológico entra como um importante fator de dominação. A autora entende que:

É verdade que a divisão do trabalho por sexo e a opressão que dela resulta evocam, em certos pontos, a divisão por classes, mas não seria possível confundi-las. Não há na cisão entre as classes nenhuma base biológica (2016, p. 88).

De fato, a opressão da mulher dá-se de forma anterior ao chamado capitalismo, mas esse aprofundou a condição dominador/dominado. E essa relação é necessária para entendermos a raiz dessa problemática, que será discutida de forma mais ampla no próximo subtítulo.

O modelo patriarcal atua nessa sociedade como um modelo cultural, social e econômico, e essa relação de forças fragiliza a subjetividade da mulher e a mantém na posição de prisioneira que, antes de entrar na servidão, vive na esperança de viver um relacionamento que dê sentido e proteção à sua vida. Em uma pesquisa com mulheres descasadas do estado do Rio Grande do Sul, Carvalho constatou que:

As razões que dão origem ao casamento baseiam-se, geralmente, nas condições em que se encontram as mulheres no momento do descasamento e que procedem a elaboração do seu projeto de vida. A ideia principal nos relatos é de que o ato de casar implica “ter minha casa, ter meu canto, meu marido e meus filhos” (ROCHA, 2014, p. 83).

O jogo patriarcal é tão forte que insere na vida da mulher as funções de dona de casa desde muito cedo. Uma prova disso são os brinquedos direcionados ao gênero: meninos brincam de carrinho, meninas de boneca, e ainda de panelinhas, já

inserindo no imaginário dessa criança que ela, quando crescer, terá tal atribuição. E uma vez enraizado, será reproduzido. Neste contexto:

O casamento representa a possibilidade de obter a necessária complementaridade de sua identidade sexual e seus condicionamentos femininos, fundada em uma ideia de fraqueza, fragilidade e pureza moral (ROCHA, 2014, p. 84).

Para complemento, a sociedade de consumo reforça a construção feminina da iniciação. Betty Friedan (1921-2006), em seu livro *Mística Femina* (1971), faz importantes observações a respeito da construção social da mulher à luz do padrão americano e contribui para um estudo que serviria como norte para as mulheres que começaram a questionar seus papéis enquanto ser humano e suas vontades individuais para além dos ditames patriarcais, na lógica do capital.

A sociedade de consumo observada por Friedan (1971, p. 64) aborda:

A imagem pública das revistas e anúncios de televisão destina-se a vender máquinas de lavar, misturas de bolos, desodorantes, detergentes, cremes rejuvenescedores, tinturas de cabelo. Mas a força dessa imagem, pela qual firmas gastam milhões de dólares em tempo de televisão e espaço publicitário, provém do seguinte: a mulher americana ignora quem seja.

Da mesma forma que os escravos se sentiram sem suporte quando ganharam sua liberdade, as mulheres, ao despertar de sua dominação masculina, tateiam em campos psicológicos de libertação, mas ainda não compreendem muito bem o que fazer sem a antiga forma de concepção.

A mística feminina permite e até incentiva na mulher a ignorância da questão de sua identidade. Essa mística afirma que é possível responder à pergunta: «quem sou eu?» Dizendo — «Mulher de Tom... mãe de Maria» (FRIEDAN, 1971, p. 64).

A autora mostra-nos que o problema de identidade que nasce junto com o processo emancipatório torna-se um problema que perpassa as gerações e constrói novas expressões de questionamentos. Uma expressão dentro desse conjunto é o divórcio. Em solo brasileiro, assim como outras conquistas, a permissão legal do divórcio ocorreu tardiamente, apenas em 1977 e, segundo o site JUSBRASIL⁷ (2022):

⁷ Disponível em: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito#:~:text=1977%20%2D%20O%20div%C3%B3rcio%20foi%20institu%C3%ADdo,de%20dezembro%20do%20mesmo%20ano>. Acesso em 17 set 2022.

O divórcio foi instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que ainda pairava sobre o Estado. A inovação permitia extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa casasse novamente com outra pessoa. (s/p).

Como citado, o casamento como forma de dominação significou para a mulher a condição de submissão, destruição de subjetividade e dominação, o que historicamente foi desconstruído com a tomada de consciência feminina através do acesso das mulheres de forma mais ativa nos espaços públicos a partir da sua inserção no modo de produção capitalista, como já estudado. Neste sentido, o divórcio significou emancipação e possibilidades, como a “reconstrução de uma imagem pessoal e social” (ROCHA, 2014, p. 89) e isso não significa um caminho fácil e sem rebatimentos dolorosos, como veremos na sequência do trabalho.

1.3 GÊNERO, PATRIARCADO E FEMINISMO

Gênero, patriarcado e feminismo são três discussões que geralmente costumam estar associadas, mas é importante dar atenção a cada uma para que possamos construir uma problemática, numa perspectiva de totalidade. Cada item desse subtítulo constitui uma complexa rede que caminha para diferentes abordagens sobre gênero e todas são muito importantes.

Seguindo o caminho ao qual esse trabalho foi construído, é importante começarmos a tratar de patriarcado para iniciarmos o debate.

No entanto, não há uma homogeneidade sobre o conceito. Diferentes autores(as), tais como Max Weber (2009), Jean-Jacques Rousseau (2003), John Locke (1998) e outros, teorizam sobre como uma forma de organização social em que o pai, chefe de família, exerce seu poder sobre os demais membros de sua família ou sobre a comunidade em que vive, e também para denominar regimes políticos mais complexos como a monarquia (AZEVEDO, 2017, p. 1 *apud* AGUIAR, 2015, s/p).

Podemos constatar que estudiosas clássicas no assunto como “Carole Pateman (1993), Silvia Walby (1990), Heleieth Saffioti (2004) e outras buscam teorizar a relação do patriarcado na contemporaneidade” (AZEVEDO, 2017, p. 1). Pateman (1993), em seu livro *O Contrato Social*, resgata a importância de tratar o

patriarcado através do contrato sexual como um conceito central da dominação das mulheres.

É importante lembrar que, para a autora, “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre a liberdade e a sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 21), ou seja, o matrimônio é a fonte direta de dominação através de um contrato; porém, “o contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada” (PATEMAN, 1993, p. 29).

Uma crítica feita pela autora supracitada é a descentralização das feministas sobre o tema patriarcado, denunciando e resultando em estudos desfocais sobre o real *modus operandi*⁸ da dominação masculina, ou seja, o desfoque sobre patriarcado e o enfoque em outros temas que, para ela, não são os reais responsáveis pela dominação feminina. E ela continua:

Algumas argumentam que os problemas como conceito são tão grandes que ele deveria ser abandonado. Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionas de análise política (PATEMAN, 1993, p. 39).

A autora cita novos conceitos que surgiram no bojo da composição dos estudos feministas e por vezes substituem as discussões sobre patriarcado, na lógica de Pateman (1993). Saffioti, em seu livro *Gênero Patriarcado e Violência* (2004), dialoga com o conceito patriarcal, que está intimamente ligado às relações de gênero. Sendo assim, os assuntos caminham juntos e não é possível falar em um e não citar o outro.

Segundo essa autora, “entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero!” (SAFFIOTI, 2004, p. 58). A autora coloca:

1. A utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que patriarcado, levando-se em conta os 250 mil anos no mínimo de humanidade.

⁸ Modo de operação

2. O uso simultâneo dos conceitos de gênero e patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro, ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigada, ou, ainda meramente patriarcado.
3. Impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios, quase três (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

Como já citado, Walby (1990), em sua obra, evidencia:

A noção de sistema patriarcal é a tomada como uma moldura de significados, que possibilita compreender as desigualdades persistentes entre os próprios homens, entre estes e as mulheres, motivadas, sobretudo, pela passagem de um patriarcado privado para um patriarcado público (BANDEIRA, s/a, p. 02 *apud* Walby, 1990, s/p).

Essa autora versa sobre a intensidade e o grau de dominação, dividindo o patriarcado em privado e público, como já citado nesse trabalho. Continuando sua teoria:

A autora indica que tal passagem desencadeia mudanças na ordem patriarcal, tanto quantitativas, isto é, manifestando-se na intensidade da opressão contra as mulheres e, as nomeia – o grau do patriarcado. As qualitativas - caracterizadas pelos tipos de patriarcados definidos pelas diversas relações estruturais e as conseqüentes ações de violências inseridas nas instituições sociais, nomeando-as - as formas do patriarcado. (BANDEIRA, s/a, p. 02 *apud* WALBY, 1990, s/p).

As mudanças no quadro social interferiram também nas expressões do patriarcado. “Esta categoria possibilita, além de múltiplos sentidos, também deslocamentos extensivos para além da simples dominação masculina” (BANDEIRA, s/a, p. 02). A autora cita ainda seis importantes estruturas:

um modo patriarcal de produção: o trabalho doméstico (reprodução social); 2) as relações patriarcais de trabalho remunerado: o emprego; 3) relações patriarcais no interior das instituições do Estado; 4) a violência masculina; 5) relações patriarcais de sexualidade; e 6) as relações patriarcais no âmbito da cultura. Embora como esferas autônomas, estas interagem umas com as outras, dando lugar a surgimento de desdobramentos nas formas e nas práticas patriarcais, nas quais o patriarcado privado e o patriarcado público acabam por constituírem-se pólos de um mesmo continuum (*apud* WALBY, 1990, s/p).

Podemos observar, através dessa estrutura, que o patriarcado é primordial para explicar-se como se formam as relações de dominação na nossa sociedade e o

olhar masculino molda os contornos sociais. Mas, com a evolução dos estudos feministas, esse tema ganha novos componentes para serem analisados.

Inserindo gênero no debate sobre o patriarcado, como já visto, para muitas estudiosas, como Pateman (1993), esse é um tema que por muitas vezes substitui a temática patriarcado, voltando a atenção das feministas para outros elementos de dominação que ofuscam a primazia do tema como central para a dominação feminina.

Percebemos que as pesquisas se modificam e complexificam-se, acompanhando o movimento histórico das construções da sociedade. Isso aconteceu com o patriarcado, vai acontecer com gênero e até mesmo com o feminismo em suas quatro ondas.

Gênero, como já visto, trata-se de uma construção coletiva. Scott (1995) utiliza uma completa explicação no assunto, o que consideramos importante para a compreensão do leitor. Dessa forma, ela explica as três posições teóricas, as quais as feministas apropriam-se para a discussão em gênero, lembrando que algumas nem mesmo utilizam essa nomenclatura, como já visto com Pateman (1993).

A primeira no empenho de “explicar as origens do patriarcado”, a segunda “se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas” e a terceira “fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo americanas de relação do objeto” (SCOTT, 1995, p. 77).

Embora a construção de gênero abordada na discussão desse trabalho seja mesmo voltada sob a ótica do feminino e do masculino, o termo é muito mais amplo. É necessário trazeremos teorias das pensadoras pós-estruturalistas a fim de que o leitor possa situar-se com o tema gênero, e nesse momento surge uma nova pensadora para endossar essa discussão.

Através do sexo, os estudos voltados para o patriarcado foram construídos e a pauta gênero acrescentada na luta feminista; porém, nessa nova etapa de discussões, é necessário entender a *Ontologia do Poder*. Dessa forma, Firmino e Porchat (2017, *apud* DANNER; OLIVEIRA, 2009):

Apontam que o poder em Foucault é compreendido como uma rede de micro-poderes articulados ao Estado e que atravessam a estrutura social, ou seja, como “[...] uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa.” (p. 787).

O poder, nesse sentido, tem ligação direta com o saber, pois:

o que conhecemos, as formas pela qual conhecemos e mesmo o sujeito que conhece são efeitos da implicação entre poder e saber e suas transformações históricas (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 53, *apud* FOUCAULT, 2013, s/p).

Firmino e Porchat (2017) afirmam que Butler sustenta-se em Foucault para fazer seus apontamentos e desvencilha-se do objeto sexo para construir sua teoria:

Butler explica que o conceito de gênero foi forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na biologia como um destino: o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu. Essa determinação biológica serve à naturalização da desigualdade entre homens e mulheres (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.55).

A teoria que começou com Beauvoir em outro tempo histórico diz:

Não se nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016, p.11).

Butler (1956) dispõe um espaço para construção subjetiva que inclui outras categorias abarcadas dentro de dominação, que também constituem a temática de gênero. Ela trabalha com a identidade de gênero. E nessa diversidade inclui outras classes marginalizadas que não tinham representação com o reducionismo de gênero sob o recorte masculino/feminino. Nessa mesma linha de raciocínio, Pierre Bourdieu (2010) dirá que “a sexualidade, tal como entendemos é efetivamente uma invenção histórica”. E para além:

Os gêneros, longe de serem simples “papéis” com quem se poderia jogar à vontade (à maneira das drag queens) estão inscritos nos corpos e em todo um universo do qual extraem sua força. É a ordem dos gêneros que fundamenta a eficácia performativa das palavras - “e” mais especialmente dos insultos (BORDIEU, 2010, p 122).

Da forma como Bordieu (2010) coloca, fica evidente que diz respeito à complexidade em gênero e considera outros fundantes para a formulação dos estudos. Feita essa contextualização, é importante retomar Scott (1995), pois, em

sua explicação, a autora consegue incluir todas as teorias e, a partir dela, pensamos constituir uma ampla e completa explicação:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Esse tema é muito diverso e é composto por muitas questões, sendo importante que essas problematizações sejam feitas para que o estudo possa atingir um nível maior de pessoas e que, a partir disso, possa servir como um modo de inclusão e referência.

Trazendo o terceiro elemento dessa discussão, contextualizamos as chamadas ondas feministas, que nada mais são que a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021, p. 104, *apud* COELHO, 2002, p. 44).

No decorrer desse trabalho, passamos por quatro momentos aos quais abordamos a forma com que as mulheres se enxergavam por intermédio do patriarcado e como se empoderaram e reconheceram-se enquanto seres de direitos. Retomando as consideradas pré-feministas, Olympe de Guogés apresentou em 1791 “*A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, como uma resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*” (COLLING, 2011, p. 89). A resposta por este ato revolucionário foi a guilhotina. Não se deixando abalar, um ano depois, Mary Wollstonecraft (1759-1797) escreve o documento a *Reinvindicação dos Direitos da mulher*, no qual questiona: “então, se as mulheres não são um exame de seres frívolos e efêmeros, por que deveriam ser mantidas na ignorância, sob o enganoso nome da inocência?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 3).

Para além, essa filósofa instiga o pensamento crítico de outras mulheres para que também comecem a questionar seus papéis quando diz:

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres, hora de devolver-lhes a dignidade perdida- e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 69).

Essas mulheres foram vistas como loucas pela sociedade machista e patriarcal, mas foram fundamentais para a luta que se formava ali e fortificar-se-ia ao longo prazo, no século XIX, com reivindicações mais significativas e união das mulheres num movimento feminista defendendo o sufrágio, o que ficou conhecido com o “movimento das sufragetas” (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021, p. 106).

A primeira onda feminista que teve início no século XIX e estendeu-se até o século XX ficou conhecida pela luta institucional das mulheres pelo direito de participar da política e pertencer ao espaço público. É nesse período que as operárias marxistas têm papel fundamental, lutando por melhores condições de trabalho.

A segunda onda feminista ocorre em 1960 e vai até 1980 (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021, p. 108). As mulheres já tinham conseguido muitos dos seus direitos, (sempre na perspectiva de continuar lutando para fazer valer as leis escritas no papel); contudo, a dominação masculina ainda era muito forte, perpetuada pela submissão das mulheres. Dessa forma, era necessário elencar outros elementos aos estudos. Assim, a sexualidade entra no debate e, com isso, algumas pensadoras questionam o papel da construção social como a feminilidade em torno da determinação biológica.⁹

Nesse mesmo período:

O movimento feminista conquistou os direitos sobre seu corpo, fortalecendo valores através de lutas constantes que ensejaram em discussão e ampliando o tema, desenvolvendo outras políticas públicas como sexualidade feminina, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, programa de combate ao câncer de mama e colo de útero, entre outros. Houve sim uma evolução de concepção e valores que eram discriminados, marginalizados e proibidos (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021, p.111 *apud* SILVA, 2008, s/p).

A terceira onda esteve ligada à diversidade, trazendo em maior ênfase a discussão do movimento negro, lésbico, trans, entre outros. Nesse período, nos anos 1990, desponta o estudo de gênero guiado por uma perspectiva pós-estruturalista que desvincula os estudos de gênero ao determinismo biológico. Essa

⁹Surgem nesse contexto estudiosas como [...] Betty Friedman, falando sobre o padrão que se tem construído da mulher dona de casa e submissa, e como vários meios corroboram para essa construção, e Carol Hanisch, grande nome do feminismo radical falando sobre a necessidade de se pensar as opressões o núcleo privado para se mudar as estruturas públicas, daí sua frase de destaque: “O pessoal é político” (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021, p. 108 *apud* SANDENBERG, 2018, p.16).

nova perspectiva é trazida pela filósofa Judith Butler. E em seu livro, *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (1990), dialoga com construções feministas acerca do que é ser mulher, inserindo identidade na temática, além de corpo e sexualidade. E, dessa forma, inclui outros elementos no debate em gênero, como: “transgênero, gênero neutro, não binário, agênero, pangênero, “genderqueer”¹⁰, “two-spirit”¹¹, terceiro gênero e todos, nenhum ou uma combinação destes” (PIMENTA 202, s/p) na defesa do diferente dentro do feminismo.

Nesse período nota-se uma intensa movimentação cultural, principalmente na música, com a maturação do movimento “riot grrrl”¹², que demonstrava o poder de liberdade de expressão que a mulher vinha conseguindo, que se estende na quarta onda feminista, datada em 2010, onde as mulheres utilizam-se dos meios digitais para propagar suas ideias.

Mirla Cisne (2016) diz que “as abordagens desconstrutivistas enfatizam exageradamente as diferenças, não propõem uma alternativa ao movimento feminista e distanciam-se da prática política” (CISNE, 2016, p. 91). Além disso, Cisne pontua que os estudos de gênero abriram possibilidades de estudar outros elementos que perpassam a centralidade nas mulheres:

Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos sobre gênero que podem se referir aos homens—ou ao gênero masculino—como bem relevam os trabalhos sobre masculinidades e paternidades (CISNE, 2016, p. 92, *apud* MORAES, 2000, p. 96).

Nota-se importante que as militantes retornem seu olhar para os problemas reais de sua classe e que não fechem os olhos para as trabalhadoras que seguem com dominação pela sociedade patriarcal, que muitas vezes as oprimem em mais de um grau. Por isso, é essencial nos pautarmos em suas ideias para que possamos falar sobre o contexto brasileiro no próximo capítulo, tratando da constituição dos direitos das mulheres.

¹⁰ Que não se reconhecem dentro da binariedade

¹¹ “Dois espíritos”, usado por alguns povos indígenas da América do Norte dentro da comunidade LGBTQIAP+

¹² O movimento Riot Grrrl foi popularizado por bandas de garotas como Bikini Kill e Tribe 8. Sem dúvida o maior destaque é a Kathleen Hanna, vocalista do Bikini Kill, banda que pode ser considerada uma das pioneiras (ou a criadora) do movimento. O objetivo era informar a mulher de seus direitos e incentivá-las a reivindicá-los e uma das principais formas, além de protestos, foi o uso da música (RADIO ROCK, 2013).

2 CONQUISTAS E DESAFIOS AOS DIREITOS DAS MULHERES: TRIPLA JORNADA E A UNIVERSIDADE PÚBLICA

Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista da igualdade política e o estabelecimento de sua independência econômica (Alexandra Kollontai).

Como já abordado no capítulo anterior, à mulher, inicialmente era restrito o espaço privado de atuação na sociedade, sendo alijada dos estudos e dos direitos que eram específicos aos homens, “reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história” (FOLLADOR, 2009, p. 03 *apud* VASCONCELOS, 2005, s/p). A partir deste contexto, a maturação dos estudos voltados às mulheres resgata teorias para a análise de tal dominação, como, por exemplo, a ambiguidade cristã:

O olhar masculino reservava às mulheres imagens diferentes, sendo em determinados momentos um ser frágil, vitimizado e santo, e, em outros, uma mulher forte, perigosa e pecadora. Essas características levaram a dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, que servia para denegrir a imagem da mulher por ele maculada; e o de Maria, santa mãe zelosa e obediente, que deveria ser alcançado por toda mulher honrada (FOLLADOR, 2009, p. 06).

O olhar masculino sempre narrou a forma como as mulheres seriam vistas e, para além da culpa cristã, há outras movimentações a serem estudadas. Para Engels (2019), como já visto, a mulher passou a ser subordinada com o advento da propriedade privada e com a formação da família, que a colocou numa posição secundária na divisão sexual do trabalho.

Com a nova dinâmica capitalista no contexto da Revolução Industrial, no século XIX, e com a inserção das mulheres como trabalhadoras, ocupando também o espaço público, estas começaram a questionar os pilares de sua própria história e, devido a isso, para além da questão econômica, foram colocados para estudos, outros elementos, entre eles, o sexo. Nessa direção, “precisamos de uma revolução sexual mais ampla do que a revolução socialista – que a incluía – para verdadeiramente erradicar todos os sistemas de classes” (FIRESTONE, 1976, p. 22).

Nesse sentido, Butler começa a traçar o seu conceito de gênero como algo além das estruturas e aberto à multiplicidade subversiva para cunhar a ideia de

gênero como um ato performativo (COELHO, 2018, p. 21). Apesar de todos os avanços e novas perspectivas pós-modernas para estudar-se a questão de gênero, tensiona-se para estudos para além da sexualidade e traça-se caminhos rumo à construção identitária dos corpos.

Não podemos nos afastar da centralidade mulher, já que o movimento feminista foi significativamente importante para a visibilidade feminina, e até mesmo impulsionador a reivindicação do Estado para atender às demandas específicas femininas. Ademais, quando se tem o fragmento dessa pauta, considerando a multiplicidade de gênero, ocorre também o enfraquecimento da luta política:

As formulações desconstrutivistas não perceberam a necessidade e/ou não priorizaram uma luta pautada nesta análise, e, ainda, contribuem para a despolitização e falta de mobilização política, o que tem provocado reações negativas, com " (...) a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – gênero sem mulheres?- mostram questionamentos à " despolitização" da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política (CISNE, 2015, p.94 *apud* PISCITELLI, 2002, p.30).

Pensar nos direitos que foram conquistados através das lutas das mulheres, como o voto, o direito ao trabalho, ao divórcio, à liberdade de expressão entre outros é também pensar numa luta construída coletivamente, que trouxe avanços e novos desafios, já que ficaram "possibilitadas" de participar do mesmo espaço que os homens, o fato não fez com que tais mulheres tivessem a mesma autonomia e garantia de direito que eles.

Tais lutas "elevaram a participação das mulheres no mercado de trabalho, levando-as a disputar com os homens as oportunidades por cargos e reconhecimento profissional" (VIEIRA; AMARAL, 2003, p.404, *apud* MUZART, 2003, s/p), mas será que conseguiram condições igualitárias em relação aos homens? Vamos tentar descobrir na sequência desse trabalho.

2.1 ANÁLISE DOS DIREITOS CONQUISTADOS PELAS MULHERES ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.

Embora a mulher tenha ocupado os postos de trabalho ditos masculinos e tenha desempenhado similares ocupações, ainda não atingiu igualdade de condições e relações de trabalho, pois:

Há uma falsa e vulgar ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens, se libertaram, adquiriram independência, já ocupam grande parte do mercado de trabalho, enfim, já temos uma nova mulher. Esses pensamentos, que infelizmente vêm crescendo na sociedade contribuem para a argumentação de que agora só se precisa de “um novo homem”, o que justifica a necessidade de se trabalhar muito mais a masculinidade (CISNE, 2015, p. 93).

Direcionando nossa análise para a realidade brasileira, nota-se que, a partir do século XIX, as mulheres começaram a organizar-se visando conquistas importantes. Em “1827, as mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios para estudar além da escola primária” (TREE, 2022, s/p). Alguns anos depois, em 1832, despontaria no universo brasileiro a mulher que é considerada uma das primeiras, senão a primeira feminista brasileira Nísea Floresta (1810-1885), com sua obra “*Direito das mulheres e Injustiça dos homens*” a qual começa a “discutir a questão da diferença de gênero e a defender mulheres como merecedoras de respeito igualitário” (TREE, 2022, s/p).

O século XIX também é responsável por abrigar os feitos do primeiro jornal inteiramente voltado para o público feminino e o direito das mulheres adentrarem na universidade 52 anos depois. São alguns exemplos de como o patriarcado cerceava os direitos das mulheres, sempre agindo sob uma perspectiva de manutenção do poder de um sexo sobre o outro. Assim, nenhuma construção feminina é desvinculada de lutas e resistência.

O século XX continuou a ser palco de conquistas consideráveis para as mulheres em todos os sentidos, entre elas, o voto feminino, conquistado em 1932. O voto inicialmente também serviu como mais uma ferramenta de exclusão e reforço do poder masculino. Para Karawejczyk (2014, p. 69):

A historiografia costuma vincular o termo universal ao tipo de sufrágio que se estabeleceu em 1848, na França, quando caiu a exigência monetária para ser eleitor e difundiu no mundo a concepção dos homens como politicamente iguais, através de um novo princípio eleitoral o do sufrágio direto sem qualquer limitação de censo. Essa cidadania que surgiu com a abolição do sufrágio censitário fez com que emergisse uma visibilidade sem precedentes até então entre a separação entre homens e mulheres.

A separação que ocorreu no mundo através do voto pode ser percebida também no Brasil. Embora o voto feminino tenha sido conquistado apenas em 1932, já existia o movimento das mulheres para que este direito fosse conquistado, tempos antes, no século XIX. Nessa direção, “Josefina Álvares de Azevedo, em 1890,

escreveu uma peça chamada “O voto feminino”. Estas e outras mulheres começaram a questionar a interdição do voto à mulher (CAJADO; CARDOSO, 2011, p. 04).

Dentro do movimento sufragista feminino brasileiro¹³, podemos destacar na primeira fase do movimento, Leolinda Daltro (1859-1935), que foi uma mulher à frente da luta feminista e indigenista, responsável pela criação do primeiro partido político das mulheres em 1910, o Partido Republicano Feminino. Essa professora acreditava que uma educação laica e de qualidade seriam a chave para a emancipação humana, em defesa dos indígenas e da mulher.

Daltro de fato endossou a luta a favor do voto feminino e, juntamente com Bertha Lutz (1894-1976), num segundo momento, corroborou para que as mulheres pudessem votar:

O movimento decisivo para a conquista do voto pelas brasileiras chegou com a bióloga Bertha Lutz, que voltava de uma temporada de estudos em Paris em 1919. Bertha trazia para o Brasil, os ideais sufragistas e se aliando à militante anarquista Maria Lacerda de Moura fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da mulher, que em 1922 passou se a se chamar Federação pelo Progresso Feminino. Esse foi um período intenso de intercâmbio entre as sufragistas inglesas, americanas e brasileiras (ALKIMIN, s/d, p. 01.)

A partir dos anos 1960, a luta feminina demonstrou uma efetiva mudança no sentido do conjunto de leis em seu benefício. E nas décadas seguintes, 1970 e 1980, outros direitos foram sendo construídos. Na década de 1990 com a globalização, houve grandes mudanças, pois, “os debates acerca do desenvolvimento nacional trouxeram novas ideias à tona procurando redefinir o papel do Estado no processo desenvolvimentista” (SILVA, s/d, p. 01).

Essas mudanças foram o início do Estado Neoliberal que segue seu curso até chegarmos no atual cenário, onde se teve a ascensão da extrema direita e os desmontes do Estado no campo das políticas públicas sociais. Nesse sentido, o direito ao voto foi o início de outras lutas que incorporariam a luta feminista, como a

¹³ O Movimento Sufragista reivindicou os direitos de participação política para as mulheres, como a liberdade para votar e ser votada. As primeiras *suffragettes* ou sufragistas – mulheres que integravam o movimento – surgiram na Inglaterra, no século XIX, porém a luta pelo sufrágio feminino se expandiu em maior escala no século XX – quando mulheres de diferentes países conquistaram o direito ao voto. Dessa forma, as sufragistas consolidaram o que ficou conhecido como a primeira onda do movimento feminista e abriram espaço para as futuras reivindicações, que resistem até os dias atuais. (FALA UNIVERSIDADE. Disponível em <https://falauniversidades.com.br/sufragistas-quem-eram-e-qual-a-sua-importancia-para-as-mulheres/> Acesso em 23/fev/2023)

“liberdade sexual e dos costumes, inserção da mulher em mercados de trabalho tradicionalmente masculinos e o divórcio” (CAJADO; CARDOSO, 2011, p. 04).

Com a conquista de diversos direitos que influenciariam em suas condições enquanto indivíduos políticos, em 1962 as mulheres puderam trabalhar através do Estatuto da Mulher Casada. E em 1977 tiveram o direito de divorciarem-se. A conquista, no entanto, não impediu que elas fossem julgadas; ao contrário, nessa condição “as mulheres divorciadas eram mal vistas, e a pressão social fez que muitas mulheres permanecessem em casamentos infelizes e abusivos, ao invés de pedirem o divórcio” (LEITE, 2021, s/p).

O marco da equidade de direitos foi a Constituição Federal de 1988, que representa:

[...] uma nova concepção da igualdade entre homens e mulheres. É o reflexo da impressionante transformação social que tomou corpo a partir da segunda metade do século XX e ainda não acabou. Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a conseqüente preferência do homem ante a mulher, especialmente no locus da família. Em seu lugar, delinea-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres (LOPES, 2005, p. 407).

O referido documento constitucional que funciona como a lei suprema do país, teve uma lei em específico que significou para a classe um importante marco. No artigo 5º do importante documento é especificado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (GOVERNO FEDERAL, s/p, s/a)

A partir da Constituição de 1988 esteve-se normatizada a igualdade entre os sexos e a tentativa de garantia de direitos iguais para outras classes marginalizadas do país. A luta das mulheres continuou e continua avançando na perspectiva de igualdade, pois uma lei estar preconizada não significa real efetivação dela. No próximo subtítulo avançaremos nos direitos conquistados pela classe feminina pós-constituente.

2.2 PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988, DIREITOS CONQUISTADOS (E FRAGILIZADOS/PERDIDOS) PELAS MULHERES

Com as leis que determinaram “direitos iguais” num documento como a Constituição Federal de 1988, as mulheres puderam ter mais visibilidade de direitos sociais e políticos em nossa sociedade e novas lutas foram travadas visando mais espaço e atenção em pontos invisíveis à sociedade patriarcal.

O contexto no qual as mulheres estão inseridas sempre foi um campo de luta e disputa, seja na conquista de direitos, seja na permanência deles. Constata-se que as mulheres sempre precisaram lutar para que seus direitos humanos fossem respeitados. Dentro disso, Pintaguy (s/a, p. 01) aponta que “questões que sempre fizeram parte da sua agenda, como a violência doméstica, os direitos sexuais e reprodutivos, direitos sociais específicos à mulher” foram reforçados com a Constituição Federal de 1988.

Somado a isso, os conselhos de direitos das mulheres foram de gigantesca importância para pensar-se políticas públicas sociais destinadas a elas. Além disso, de fundamental importância, “a Constituição Federal de 1988 também incorpora a questão da violência intrafamiliar como sendo uma responsabilidade do Estado coibi-la” (PINTAGUY, s/a, p. 02).

Dito isso, uma vez que o Estado assume esse papel, é necessário que as mulheres estejam inseridas no contexto das implementações das políticas públicas, e é por isso que é importante que os conselhos estejam fortes e operantes, a fim de promover mudanças. Abaixo apresentamos a *Tabela 1 - A linha histórica de alguns direitos pós Constituição de 1988* com o intuito de evidenciar alguns dos direitos conquistados pelas mulheres no contexto da Constituição Federal.

Tabela 1 - Linha histórica de alguns direitos conquistados pós Constituição de 1988:

Lei/Evento/ Decreto	Ano de vigor	Natureza	Nº de decreto ou da lei
Convenção de Belém do Pará	1996	Prevenção, Punição e erradicação da violência contra a mulher	1.973
Alteração no Código Civil Brasileiro	2002	Não ser virgem deixa de ser crime e não serve mais como anulação do casamento	-
Lei Maria da Penha	2006	Tornou-se o principal instrumento legal para coibir, punir e prevenir a violência doméstica praticada contra mulheres no Brasil.	11.340
Lei sobre crimes contra a dignidade sexual	2009	Altera o Código Penal de 1940. Com a alteração, além da conjunção carnal, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor também passaram a configurar crime de estupro.	12.015
Lei Carolina Dieckmann	2012	Lei contra crimes virtuais e delitos informáticos, torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos, a fim de obter dados pessoais, principalmente quando se trata de informações sigilosas.	12.737
Lei do Femicídio	2015	O Código Penal brasileiro passou a incluir entre os tipos de homicídio qualificado o feminicídio, definido como o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino	13.104

Fonte: Própria autora adaptado de SESC/RJ, 2021; Instituto Patrícia Galvão, 2023; Batistella, 2021.

O conjunto de leis enquanto um arcabouço jurídico do aparato estatal está transversalizado na cultura. O aparelho público funciona dentro dos mecanismos de preconceito, entre outros, que impedem que as leis sejam de fato colocadas em prática. Um exemplo disso são as queixas de violência contra a mulher. Inclusive, muitos elementos contribuem para que as políticas públicas sociais em torno da mulher não sejam executadas em sua amplitude.

Tratando-se de violência, segundo a página oficial do Governo Federal, “no primeiro semestre de 2022, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres” (BRASIL, 2022, s/p). A notificação é importante, mas se nota também que muitas das mulheres que denunciam voltam atrás por medo de represálias sociais, abandono, falta de condições materiais, dentre outros fatores.

Conforme a matéria do site Diário do Nordeste, em entrevista com a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, Daciane Barreto explicita:

A sociedade patriarcal não produz estrutura suficiente, políticas públicas nem transformações culturais que propiciem que elas sigam em frente. Tem a questão financeira, a dependência psicológica, a afetiva. É uma série de ingredientes. É muito fácil quem está de fora julgar (VIANA, 2021, s/p).

Quando se é reforçada a importância da constante luta feminista é no sentido de desconstrução dos mecanismos de preconceito, tendo em vista a maior sensibilização e acessibilidade das informações às mulheres, pois, muitas vezes, elas não possuem consciência de qual é o seu papel e do Estado na execução das leis por falta de mecanismos que permitam que essas informações sejam disponibilizadas a esse público.

Outro problema evidenciado, além da falta de informações, é o despreparo dos responsáveis pelo trâmite dos processos envolvendo violência e isso envolve até mesmo o agir profissional dos policiais, quando essas mulheres vão até a delegacia para prestarem queixa, o que acaba muitas vezes por revitimizá-las.

A juíza Ilda Romero de Londrina, interior do Estado do Paraná, evidencia que “os inquéritos policiais, na maioria das vezes, foram formulados por policiais homens, só em 30% havia figura da policial feminina” (FILIPPIN; HILSIN, 2021, s/p). Esse quadro também demonstra outro dado que é a falta de preparação do Estado para lidar com crimes de violência contra a mulher, quadro de fragilidade e preconceito, perpetuado pelas autoridades policiais.

Nesse sentido, podemos abordar outra grande conquista feminina que foi a lei do Femicídio em 2015, que também encontra adversidades em sua execução, segundo um estudo feito pelo Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS), do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Positivo (UP):

A falta de informações sobre vítimas de feminicídio tornou as mulheres "invisíveis" em processos judiciais no Paraná. A omissão de dados como profissão, renda e escolaridade atrapalha a elaboração de políticas públicas para mulheres e também podem ter impactado na pena de agressores. (FILIPPIN; HILSING, 2021, s/p).

A abordagem nesses casos faz-se muito importante no quesito de criar laços para que esses possam ser efetivos e garantir uma boa articulação em rede, visando à garantia de direito dessas mulheres. Para que isso possa ser realizado, é necessário investimento para operacionalizar e que existem profissionais qualificados no trato as vítimas que possuam empatia e que tratem essas mulheres

com a sensibilidade que elas merecem, além de investimentos em políticas públicas de prevenção à violência.

No próximo subtítulo vamos abordar a tripla jornada e como essa trindade influencia na vida prática das mulheres, seja para o bem ou para o mal.

2.3 TRIPLA JORNADA: CONQUISTAS OU REPRODUÇÃO DA LÓGICA DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO?

A tripla jornada significa uma trajetória de vida sem escolha para as mulheres que decidem estudar, trabalhar e também cuidar de uma casa, pois:

A conciliação da tripla jornada é definida como a capacidade de equilibrar a profissão com a vida familiar e a educação, através de estratégias e do apoio recebido (PIRROLAS; CORREIA, 2020 p. 10, *apud* LOWE; GAYLE, 2007, s/p).

Ocupar postos de trabalhos no sistema capitalista de produção, onde foram algum dia excluídas, como já vimos, foi uma conquista para as mulheres. Mas dentro desse contexto também há embate, pois o “[...] real interesse é possibilidade de lhes pagarem menores salários, trazendo assim maior exploração do que já ocorre no sistema capitalista vigente” (SILVA, 2012, p. 03).

A condição que a mulher esteve por tanto tempo na esfera privada determina a posição que ocupará na sociedade de acumulação capitalista, que a coloca em posições ditas femininas e inferiores. Para Cisne (2012, p.117):

Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. O acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente masculina em outra.

Diferente do homem, quando a mulher adentra ao mercado de trabalho, não fica livre do trabalho não remunerado, como os cuidados da casa e dos filhos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021, p.03), “no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas)”.

O estudo ainda evidencia outro dado importante sobre essa realidade:

as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas (IBGE, 2021, p. 03).

Além da divisão sexual do trabalho, existe também o abismo social que afasta mulheres brancas das pretas e pardas:

Em uma pesquisa sobre o estresse no ambiente de trabalho, as mulheres negras, por exemplo, deparam-se com a mesma estrutura que as brancas, mas enfrentam o sexismo e racismo como fatores estressores na contratação e promoção; na defesa da raça e orientação; na mobilidade hierárquica, vivenciando a discriminação, o isolamento e a exclusão (SANTOS; AZEVÊDO; SOUZA, p. 105 *apud* HALL; EVERELT; HAMILTON-MASON, 2012, s/p).

As mulheres pretas precisam lutar o dobro, triplo para poderem igualar-se às mulheres brancas na garantia de seus próprios direitos e essa é mais uma demonstração de outro pilar que sustenta o capitalismo, que é o racismo. Ser mãe é outro fator que vai muitas vezes condicionar a forma com que essa mulher estará alocada no mercado de trabalho. Neste espaço, o empregador atua muitas vezes como o agente que tenta controlar a reprodutividade da mulher. E quando ela opta por ter filhos, é penalizada:

Para o empregador o fato das mulheres terem filhos é um facilitador da demissão, já no caso dos homens um dificultador, pois, fica permeada a concepção do homem provedor, o chefe da família, e, a mulher aquela que precisa cuidar da prole, para que essa desenvolva com saúde e segurança. (SILVA, 2012, p. 03, *apud* HIRATA, 2002, s/p).

O corpo da mulher, além de ser uma tutela do Estado (vide a questão do aborto, o qual ainda hoje num país laico a legalização não foi conquistada), também serviu de uma estratégia do capital para conseguir mão de obra mais barata. Observa-se que “não é à toa, portanto, que as mulheres, ao contrário da emancipação, se encontram submetidas às condições mais precárias do mercado de trabalho” (CISNE, 2012, p. 129).

Quando essa mulher decide por focar em sua carreira, estudar e especializar-se, encontra outra árdua tarefa pela frente: o fato de não receber os mesmos salários que os homens. O IBGE (2021, p. 04) fez ótimas observações em

Estatísticas de gênero no Brasil. Tal instituto aponta que “em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens”, o que não significa que elas estão menos preparadas:

As menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação. Pelo contrário, os dados disponíveis apontam que as mulheres brasileiras são em média mais instruídas que os homens (IBGE, 2021, p. 05).

Pensar em diferenças profissionais elencadas à construção de gênero refere-se a uma doutrinação muito forte e enraizada na sociedade, que poderá criar uma segregação horizontal entre as duas classes, pois:

Cursos distintos levam a carreiras diferentes, mas não podemos afirmar que mulheres e homens escolhem suas carreiras apenas por vocação ou preferências. Tais escolhas estão carregadas de significados capazes de aproximar ou distanciar homens e mulheres, seja por razões de aprendizado, razões sociais ou pelos símbolos que permeiam o exercício de cada tipo de atividade (BARROS; MOURÃO, 2018, p.05).

As famílias chefiadas por mulheres crescem cada vez mais no país, ainda que sofram com menores salários e colocações inferiores no mercado de trabalho sem sensacionalismo ou endeusamento dessa cruel realidade, já que as mulheres que passam por essas condições estão longe de serem heroínas, mas sim são frutos de uma sociedade machista e desigual que as denominam “mães solas”. Assim, “mais de 55 mil crianças foram registradas sem o nome do pai” nos meses iniciais de 2022 (LACERDA, 2022, s/p).

Para além dessa realidade, um estudo realizado pelo grupo Globo demonstrou que “no Brasil, 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres” (VAZ; BATISTELA, 2022, s/p). Quase metade das famílias brasileiras são compostas por mulheres que chefiam lares, o que significa também dizer que metade das famílias brasileiras possuem provedoras que vivem à base de salário desigual, ocupando posições de mães e pais, além de conviverem com uma gama de preconceitos relacionados a gênero, que muitas vezes se traduzem em violência.

São muitos os fatores de desigualdade que mostram que a luta está longe de acabar. A mulher que tem em casa um trabalho não remunerado, quando decide trabalhar no âmbito público para ajudar na renda familiar, precisa viver com a realidade de trabalhar o dobro para tentar equiparar-se ao homem, o que é

impossível, quando adentra o mesmo espaço pois, quando adentra o mercado de trabalho, ganha menos. Quando decide ser mãe, sofre represálias dos empregadores. E, quando decide estudar, precisa esforçar-se e desgastar-se para poder acompanhar os demais alunos e o ritmo da academia.

2.3.1 Realidade das estudantes do sexo feminino no mercado de trabalho e evasão no ensino superior

A Constituição Federal de 1988, como já vimos, tem-se previsto que homens e mulheres têm igualdade perante a lei, isso se estende ao acesso no ensino superior. Desde então, a luta está posta para que a mulher possa ocupar esse espaço. Como a sociedade tem exigido cada vez mais das pessoas, os sujeitos precisam acompanhar a movimentação e as demandas que o mundo do trabalho impõe. Pensando em garantir possibilidades reais de ingresso ao ensino superior, o Estado articulou algumas políticas públicas pensando na população pobre:

Dentre as políticas que têm o foco no acesso ao ensino superior, destacam-se o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Voltados para a população de baixa renda, estes programas são considerados políticas inclusivas e compensatória (CARVALHO, 2016, s/p).

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) também é um importante aliado para os alunos que querem ingressar no ensino superior de forma gratuita através das suas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além dessa política de inserção das classes mais pobres ao ensino superior, existe também a Política Nacional de Assistência Estudantil, a (PNAES):

Criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um programa destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda (BRASIL, 2020, sp).

Essas políticas facilitaram com certeza o ingresso do público feminino na universidade, assim como outros grupos de minorias. Segundo o Mapa do Ensino Superior (2020), as mulheres são maioria no ensino superior, pois “de acordo com o

levantamento, 57% dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior são mulheres” (PEDUZZI, 2020, s/p). O estudo também traça os segmentos dos cursos que as mulheres optam por fazer. “As mulheres são também maioria na área de Ciências Sociais, Jornalismo e Informação” (PEDUZZI, 2020, s/p).

Diversos estudos apontam que a ocupação das mulheres no ensino superior é relativamente maior que a dos homens, mas isso não significa oportunidades iguais. Na verdade, quando as mulheres adentram no mercado de trabalho, apresentam maior dificuldade por conseguir uma vaga:

Mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego. Essa é uma das conclusões do relatório *Education at Glance 2019*, uma espécie de raio-X da educação divulgado nesta terça-feira (10/9) pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, também chamada de "clube dos países ricos" e à qual o Brasil almeja entrar) (IDOETA, 2019, s/p).

O estudo aponta que os dados de formação no ensino superior são o mesmo quadro no que se refere ao ensino médio nos quais a maioria a formar-se também são sujeitos do sexo feminino. Esse estudo mostra algumas possíveis explicações para a dificuldade das mulheres adentrarem no mercado de trabalho em comparação com os homens, como a “escolha de cursos superiores, que pode levar as carreiras com empregabilidade e renda diferentes” (IDOETA *apud* MORAES, 2019, s/p). Além de “outros fatores como progressão de carreira, a natureza do trabalho (mesmo que dentro de um mesmo setor), tipos de contrato e a vida familiar podem ter uma influência maior na disparidade de gênero” (IDOETA *apud* MORAES, 2019, s/p).

Outro fato importante, também apontado pela pesquisa, é que as mulheres precisam especializar-se mais do que os homens para conseguir determinadas vagas de emprego. “Dessa forma, o incentivo para eles trabalharem ao invés de cursarem o ensino superior pode ser relativamente maior” (IDOETA *apud* MORAES, 2019, s/p).

Quando falamos em evasão no ensino superior, a pesquisa de Castro (2023) demonstra algumas causas para que os alunos desistam de seus cursos:

A taxa de evasão do ensino superior no Brasil é considerada alta segundo especialistas, e multifatorial. Em 2021, data do último levantamento, ela foi de 20,7% em universidades públicas e 31% nas privadas em cursos

presenciais, segundo dados do Instituto SEMESP. A questão financeira é um dos principais motivos - seja na dificuldade em pagar as mensalidades das universidades privadas, seja por não conseguir se manter ao longo do curso em uma pública -, mas um outro também leva muitos estudantes a abandonarem a graduação: a falta de orientação vocacional (CASTRO, 2023, s/p).

Muitos alunos movidos pelo desejo de estudar numa instituição pública devido a não conseguir custear os cursos dos sonhos, optam por entrarem em cursos onde as notas de corte são menores e, com isso, no decorrer do curso podem desistir de continuarem. Em uma matéria jornalística, Castro (2023, s/p), ao citar Rodrigo Capelato, diretor executivo do SEMESP (entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil), ressalta que “isso atrapalha a otimização dos recursos do ensino superior público, fazendo com que menos pessoas tenham acesso à graduação gratuita no País”.

A Pandemia foi um acontecimento que deixou todos surpresos quanto à sua projeção e ninguém imaginaria a catástrofe a nível mundial que ela significaria:

No início do mês de fevereiro de 2020, o mundo tomou conhecimento, estarrecido, da existência do vírus da Covid-19, originário da cidade de Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019, tornando-se, posteriormente, uma pandemia, a primeira calamidade do século XXI, afetando, em nível mundial, a economia, os sistemas de saúde e a vida das pessoas (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020 *apud* CAVALCANTI; GUERRA, 2021, p.73).

Tal Pandemia impactou no âmbito do trabalho, dos estudos das relações interpessoais, na educação, dentre outras. O ensino, sob essa nova realidade, seria colocado à prova de medidas de urgência, visando à redução de danos. No dia 18 de março de 2020, o Ministério da Educação publicou a Portaria de número 343, de 17 de março de 2022, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020, s/p).

No dia 23 de julho de 2020, o reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Júlio Damasceno, sancionou a resolução N.º 006/2020-CEP, onde estabelece alguns artigos, entre eles destaca-se o primeiro artigo e os parágrafos 1º e 2º:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) com a utilização de recursos digitais para a operacionalização das disciplinas presenciais, SEM a necessidade de alteração dos projetos

pedagógicos dos cursos (PPC).

§ 1º O período de autorização se estende até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado a depender de ato das autoridades competentes.

§ 2º Para o cumprimento do ERE, o calendário acadêmico dos cursos de graduação presenciais será readequado, conforme Anexo I, parte integrante desta resolução.

Durante o período da Pandemia, as instituições de ensino superior proporcionaram aos alunos maneiras para que estes acessassem os conteúdos das aulas através de meios digitais e até a concessão de materiais como celulares, tablets e computadores. A UEM também disponibilizou esses meios onde os alunos acessavam um edital e, através de alguns critérios, conseguiam acessar esses materiais. Em todo semestre o aluno tinha que realizar assinatura do termo aditivo e um termo para o empréstimo dos aparelhos; porém, muitos não tiveram condições de acessar tais materiais.

Em outubro de 2020, foi realizada uma pesquisa apontando a significância da pandemia naquele ano:

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) fez uma pesquisa sobre o ensino remoto durante a pandemia. Essa pesquisa não teve resultados positivos. De acordo com o levantamento, 67% dos alunos estão tendo dificuldades em se organizar numa rotina diária de estudos. Os estudantes também comentam sobre a sobrecarga e saudade da antiga rotina de estudos. Para 82,6% dos participantes da pesquisa a falta de contato presencial afeta os estudos e a aprendizagem (LUIZA, 2020, s/p).

Somado ao que a pesquisa supracitada coloca, a experiência da implementação do ensino remoto no contexto do curso de Serviço Social da UEM remete-nos a um período muito difícil por conta de fixação do conteúdo, interação em aula presencial, que se tornou muito diferente, além da saúde mental que, por conta da sobrecarga de conteúdo, foi totalmente afetada.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) retomou suas atividades presenciais no dia 17 de janeiro de 2022 com a exigência do comprovante de vacina contra a COVID19, além de exigir que os alunos respeitassem um protocolo de biossegurança. Diante dessa realidade, podemos sugerir o prejuízo na educação causados pela pandemia na medida em que:

diante das medidas tomadas pelo Estado, em relação à Educação Superior, foi perceptível a inércia e a incapacidade de fornecer respostas assertivas e de estabelecer rotinas e procedimentos padronizados que fossem capazes de evitar que quase um milhão de estudantes, matriculados nas

universidades federais, ficassem com suas atividades acadêmicas paralisadas, em um primeiro momento. O fato de, a cada 30 dias, o MEC emitir Portarias que prorrogavam o prazo da situação de excepcionalidade, sem uma diretriz capaz de dar confiança, tanto às universidades públicas quanto aos mais de 800 mil estudantes com atividades suspensas, provocou, além de incertezas relacionadas às atividades acadêmicas, inseguranças diversas, relacionadas [...] (CAVALCANTI; GUERRA, 2021, p. 87).

Trazendo essa perspectiva para a realidade das jovens estudantes, nota-se que a pandemia contribuiu para alarmar uma situação já recorrente, como a evasão e maior fragilização dos vínculos. Vamos aprofundar a pesquisa para a realidade dessas mulheres no contexto da universidade.

2.3.2 Tripla-jornada e a evasão de estudantes do sexo feminino no Brasil

Nota-se que, quando se fala em evasão no ensino superior, as principais fontes dessa pesquisa direcionam-se a um público generalizado. Somado a isso, apontam, como já visto, para motivos como dificuldade em conciliar trabalho e faculdade, falta de aptidão com o curso escolhido, além de dificuldades financeiras para custear mensalidades no âmbito privado; e no público, a falta de recursos financeiros para continuar acessando as aulas.

Cursos que remetem ao cuidado são corriqueiramente escolhidos pelas mulheres e, seguramente, elas são o grande público que ingressam no curso de Serviço Social. Particularmente “No Brasil, existem aproximadamente 200 mil assistentes sociais, sendo que 92% deste total é de mulheres (cis, transexuais e travestis)” (CFESS, 2022, s/p). Cisne (2007) aponta que a profissão teve essa ligação ao cuidado por ter suas raízes históricas pautadas no primeiro damismo e caridade, pois:

o Estado se exime da sua responsabilidade e da sua função de intervenção na chamada ‘questão social’, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade sob a direção das primeiras-damas (CISNE, 2007, p. 04, *apud* TORRES 2002, p.22).

Apesar das mulheres serem direcionadas a profissões que a sociedade vê como aquelas que demandam cuidados, precisamos lembrarmo-nos de que as mulheres sofrem com realidades paralelas:

Apesar de todas as transformações e avanços ocorridos, há alguns “continuísmos” presentes na Assistência Social, muito embora, sob novas configurações. Dentre eles, destaca-se aqui, a permanência da marca de gênero, expressa na sua “feminização”. No sentido de que as mulheres mesmo com os avanços e conquistas, ainda são responsabilizadas pela assistência, além de constituírem-se, majoritariamente, como o seu público usuário, tendo em vista a histórica desigualdade em termos de exploração e dominação que sofrem (CISNE, 2007, p 06).

Na divisão sexual das tarefas inicialmente e ainda hoje alguns sujeitos utilizam-se das questões biológicas das mulheres para tentar encarcerá-las em algumas funções. “Segundo este discurso, o útero é o órgão que dá identidade à mulher, que explica as características de sua fisiologia e de uma psicologia vulneráveis” (BARBOSA; MONTINO, 2020, p. 172).

Segundo essa lógica, fica evidente que, dentro desse pensamento, as mulheres precisam ser assistidas pela proteção masculina. Como as autoras Barbosa e Montino (2020, p.172) apontam, a “sufocação da matriz” ou “furor uterino” são a origem da histeria”. Dizia-se que o ataque histérico chegava até ao cérebro. E por este motivo as mulheres deveriam ser submissas ao homem que as protegeria.

Para Simone de Beauvoir (2016, p. 12), “o homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos”, ou seja, a biologia não coloca o homem como superior a mulher. A construção social de gênero sim influencia a mulher no seu acesso ao mundo, consequentemente na academia. Sob a ótica das mulheres, uma universidade privada com alunas do curso de Pedagogia apontou importantes realidades:

As acadêmicas relatam que a necessidade de conciliar família, emprego e estudos, muitas vezes acaba provocando cansaço físico e mental, diminuindo o rendimento escolar de algumas delas. O ritmo mais cansativo é das estudantes que tem tripla jornada, ou seja, estudo, trabalho e atividades domésticas. Muitas vezes as alunas testemunham que existe pouco ou nenhum tempo para a realização de atividades em casa e que trabalhos escolares tornam-se inviáveis, a não ser nos casos em que exista prazo suficiente para entrega, e que tenha um final de semana para que estes possam realizar as atividades solicitadas (BARBOSA; MONTINO 2020, p. 177).

Ainda que se trate de uma universidade privada, os problemas citados também são realidade das alunas do ensino público que, apesar de não terem que pagar mensalidade, demandam condições financeiras para se manterem na universidade. Algumas relatam inclusive precisar faltar às aulas para poderem fazer

alguns trabalhos, quando não podem utilizar os finais de semana, por não coincidirem os prazos.

Segundo Viana e Francisco (s/a), apoiados pela produção de Kowalski (2013), a Política de Assistência Estudantil teve início como um privilégio por parte de alguns e teve modificação e sua estrutura com o passar do tempo em que pode ser dividida em três fases distintas, como apontado:

A primeira contempla o contexto de surgimento da primeira universidade (Universidade do Rio de Janeiro), em 1920, ocasião em que o acesso ao ensino superior era considerado privilégio e atendia exclusivamente a elite brasileira. A partir da criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, no ano de 1928, se deu a primeira ação de Assistência Estudantil do país por meio do custeamento de residência para universitários/as que se dirigiam à França e apresentavam dificuldades de se fixarem no país (VIANA; FRANCISCO, s/a, p. 08 *apud* KOWALSKI, 2012; ASSIS et al., 2013)

Ainda nesse contexto, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) adere a uma perspectiva mais colaborativa: “em meio aos avanços e retrocessos, a Assistência Estudantil foi regulamentada a partir de sua integração à Constituição Federal de 1934” (VIANA; FRANCISCO, s/a, p. 08, *apud* BRASIL, 1934).

A segunda fase, como apontada pelos autores, foi constituída a partir de embates políticos, e ainda assim marca as pautas de discussões embasadas nas desigualdades sociais através da “criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 1987” (VIANA; FRANCISCO, s/a, p.08, *apud* KOWALSKI, 2012; ASSIS et al., 2013).

A terceira fase, que é a que nós temos mais próxima da nossa realidade, é marcada por acontecimentos que influenciaram não só a educação como a todas as outras políticas públicas:

A partir do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, o modelo político neoliberal ganha visibilidade no Brasil. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a expansão do processo de privatização do ensino superior, aspecto que culminou com a falta de investimentos e responsabilidade do Estado para com o financiamento da Assistência Estudantil pública (VIANA; FRANCISCO, s/a, p. 08, *apud* KOWALSKI, 2012).

Em 2010, o Governo Federal sancionou o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Este institucionaliza o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), onde são organizados objetivos visando a possibilidade de que os estudantes

possam continuar ocupando o espaço das universidades. No segundo artigo do importante documento são ressaltados os objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, s/p).

Dentre as medidas previstas pelo Governo Federal estão ações nas áreas de alimentação, moradia estudantil, cultura, esporte e até creche. Mas quais são as execuções que as universidades vêm conseguindo implementar desde então? Segundo a pesquisa por Viana e Francisco (s/a, p. 09):

Apesar de na prática existirem ações afirmativas que contribuem para a permanência estudantil na UEM por meio da oferta de bolsas acadêmicas, a saber a Bolsa Permanência, as Bolsas da Central de Estágio do Paraná, o Programa de Apoio à Inclusão Social (PIBIS), o Programa de Monitoria Acadêmica, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa de Integração Estudantil (PROINTE), tornou-se necessária a criação de uma política institucional que abrangesse as 11 áreas referentes à Assistência Estudantil. Frisa-se que os subsídios financeiros mantenedores de tais bolsas são oriundos, além da própria UEM, de outras entidades de fomento, tais como o Governo do estado do Paraná, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Araucária (FA).

Ademais, nota-se que somente em 2018 a Universidade Estadual de Maringá aderiu à Política Nacional de Permanência dos estudantes na universidade:

a partir da criação da Política de Apoio e Permanência dos Estudantes, aprovada em sessão plenária pelo COU e instituída por meio da aprovação da Resolução n.º 019/2018 (VIANA; FRANCISCO, s/a, p.11 apud UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2018). Com recursos financeiros da própria universidade somente a questão da alimentação e da inclusão no cunho digital tomaram rumos efetivos (VIANA; FRANCISCO, s/a, p. 11).

Existe atualmente na Universidade Estadual de Maringá o programa “Pertinho da Mamãe”, criado em 1985, “para atender uma reivindicação das servidoras da Universidade Estadual de Maringá (UEM)” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, s/a, s/p). A creche que mantém as crianças mais perto de suas mães

não foi uma realidade compartilhada pelas alunas. Em 2020, o programa foi assumido pela Prefeitura de Maringá mudando o nome para Centro Municipal de Educação Infantil Integrado à UEM. Segundo reportagem do jornal digital Maringá Post, em 2020 quando houve a mudança:

Além de assumir a creche da UEM, a administração municipal conseguiu comprar 1.535 vagas para alunos de 0 a 3 anos na rede particular. Cada vaga custa cerca de R\$ 1,2 mil ao mês.

Aos alunos é ofertada a alimentação, uniforme, material escolar, higiene, limpeza, cama e banho. Como na rede pública, o atendimento é em turno integral, com 11 horas diárias, de segunda a sexta, das 7 às 18 horas. (TREVISAN, 2020, s/p.)

Interessante analisar como as pessoas que têm acesso a esse programa são servidoras públicas concursadas que já possuem algum privilégio por acessar posições superiores. Por outro lado, as alunas, e essas com reais dificuldades de acessar à faculdade, precisam passar pela adversidade de seleção municipal para chegarem a um espaço que deveria ser delas, inclusive asseguradas pela lei no artigo 3º e 1º Parágrafo do decreto para o Programa Nacional de Assistência Estudantil:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche (BRASIL, s/p, 2010).

Ao longo desse trabalho, pudemos verificar que a instituição de direitos não significou para muitas mulheres reais possibilidades de acesso a eles. Sendo assim, direitos foram concedidos e, ao mesmo tempo, negligenciados no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, o Estado não permitiu a universalidade de acesso aos direitos ou então utilizou de um viés ideológico neoliberal para enfraquecer políticas públicas que beneficiam as mulheres. A exemplo disso, em um:

estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprova: desde 2019 o governo Bolsonaro vem desmontando as políticas públicas para as mulheres. O boletim do IPEA analisou as ações do governo entre os anos de 2019 e 2020 (LUZ, s/p, 2022).

Falar que a luta da classe trabalhadora é para fazer com que os direitos conquistados continuem valendo não é uma afirmação incongruente, pois, no decorrer histórico, passamos por lutas, vitórias e retrocessos, e precisamos sempre nos impor para que as lutas não sejam perdidas no meio de uma sociedade que privilegia a classe burguesa e tenta moldar a classe trabalhadora para servir como sua mão de obra explorada.

Vimos que os filhos da classe trabalhadora conseguiram constitucionalmente maneiras de ocupar os espaços acadêmicos. Embora a Política de Assistência Estudantil esteja prevista, ela não se efetivou completamente, tampouco incidiu no direito das estudantes, pois, através dos apontamentos, percebemos que muito ainda precisa ser feito pelas estudantes que possuem a tripla jornada como realidade de vida.

Vejamos no tópico seguinte informações sobre as alunas da UEM e vamos, a partir disso, descrever o percurso metodológico da pesquisa para analisar e aprofundar o nosso debate.

2.4 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi submetida ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – (COPEP) da UEM sob o número CAEE 65053822.7.0000.0104. A sua submissão deu-se em 30 de novembro de 2022 e o parecer com a aprovação foi emitido em 24 de fevereiro de 2023.

O delineamento principal foi um estudo sobre a construção de gênero sob o recorte da constituição do masculino e seus desdobramentos na modernidade capitalista. Paralelamente, o estudo considerou importante analisar a constituição da chamada “tripla jornada” de vida no contexto da Universidade pública, em especial na realidade das estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizado no Campus Regional do Vale do Ivaí, em Ivaiporã/PR, em 2022.

Em tempos pandêmicos, como essas estudantes conseguem dar continuidade à sua formação acadêmica sabendo que mais jornadas são acrescentadas em sua dinâmica de vida? Seria a universidade pública mais um mecanismo da reprodução de gênero na perspectiva contraditória da modernidade capitalista?

Através das reflexões sobre essas indagações, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida o acesso aos direitos e a constituição da tripla jornada de trabalho das mulheres reproduzem a dominação de gênero no contexto da universidade pública.

Tal esforço demanda a análise histórica da construção de gênero na modernidade capitalista, além de problematizar o acesso de direitos das mulheres levando em consideração os atuais desmontes do Estado, a estrutura patriarcal e o papel do feminismo.

Para além de pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionários diretamente às estudantes do Curso de Serviço Social da UEM, valemo-nos de pesquisa bibliográfica na literatura especializada sobre gênero, como Scott (1941), Beauvoir (1908-1986), Saffiot (1934-2010) e Cisne (2016), além de nomes marxistas para a análise da exploração na modernidade capitalista como Kollontai (1872-1952) e Zetkin (1857-1933) Perrot (1928) Bourdieu (1930-2002) e Engels (1820-1895).

Historicamente, a construção de gênero na modernidade capitalista está alicerçada no predomínio do masculino sobre o feminino. Com isso, a constituição da tripla jornada pelas estudantes vem acompanhada dos desmontes do Estado e pela estrutura patriarcal. A contraditória lógica da dominação de gênero, presente na sociedade em geral, vem reproduzindo-se no ambiente universitário. O objetivo dessa construção é compreender a constituição da tripla jornada de estudantes universitárias contribui para reforçar a contraditória reprodução da concepção de gênero da sociedade no âmbito da universidade pública.

Para isso, a pesquisa ancora-se na análise histórica da construção de gênero na modernidade capitalista, além de problematizar a constituição da tripla jornada pelas estudantes do Curso de Serviço Social da UEM, levando em consideração os desmontes do Estado, a estrutura patriarcal e o papel do feminismo nesse processo.

Segundo Gil (2010, p.1), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para tanto, volta-se para a natureza de pesquisa qualitativa, pois “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos” (GODOY, 1995, p. 21), além de ser descritiva, pois tem como objetivo “a descrição das características de determinada população” (GIL, 2010 p. 27),

A população descrita nesse trabalho trata-se de alunas regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizado no Campus Regional do Vale do Ivaí, em Ivaiporã/PR, as quais convivem com realidades paralelas aos estudos. São estudantes-mãe no contexto da “tripla jornada”, com jornadas de trabalhos domésticos, prestação de serviços, dentre outros. Considera-se importante explorar este público em detrimento do masculino pelo entendimento de que esses sujeitos são os mais afetados com a construção de gênero e até mesmo por determinações biológicas, necessitando conviver com os estudos e a maternidade, entre outros.

A etapa de execução da pesquisa de campo, através de aplicação do questionário, foi programada para o mês de fevereiro de 2023. Segundo a recomendação da Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, o questionário foi aplicado na forma não presencial, por e-mail, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa.

O questionário foi composto por 13 questões das quais cinco tratam do perfil das alunas, três acerca da tripla jornada, três sobre direitos sociais e sobre a questão de gênero no ambiente universitário, sendo 2 fechadas e uma aberta.

Atualmente, o referido curso conta 41 alunos/as matriculados, dos quais foram selecionadas 4 alunas que frequentam o curso regularmente e outras 4 que trancaram ou desistiram do curso. Assim de um universo de 41 alunos/as, foram selecionadas 8 alunas para compor a amostra da pesquisa.

A metodologia para a amostragem da pesquisa deu-se através de amostra não probabilística a qual, segundo Neto (2010, p. 88), “são aquelas em que nem todos (pessoas, organizações, cidades) tem a mesma possibilidade de fazer parte da amostra”. Somado a esta característica, dentre outras modalidades de amostras não probabilísticas, demos ênfase à denominada de amostra atípica que, para o autor (2010, p. 88), “é escolhida a partir das necessidades de estudo do pesquisador”, necessidades estas voltadas para o objeto da pesquisa: as situações de tripla jornada das alunas; a fragilização dos direitos sociais e a sobrecarga de trabalho.

Quanto à análise de dados, explicitada por Camara (apud GODOY, 1995, p. 182) atentamos que:

A análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração.

Portanto, as informações coletadas por meio do questionário foram analisadas através da metodologia de “análise de conteúdo” com a finalidade de evidenciar as características e contradições da tripla jornada e de gênero no âmbito da Universidade. O destino dos resultados dessa pesquisa, num primeiro momento, refere-se à apresentação do trabalho de conclusão de curso TCC e, posteriormente, tais resultados serão publicizados através de apresentação de trabalho em evento científico e uma submissão a periódico científico especializado na área do Serviço Social.

Em relação aos riscos da pesquisa, podemos citar a invasão de privacidade, além de tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista e a possibilidade de constrangimento ao respondê-lo. Dentre os benefícios da pesquisa, podemos evidenciar a contribuição para a comunidade acadêmica na qual a estudante está inserida e para a sociedade, possibilitando a promoção da qualidade de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais.

3 GÊNERO E TRIPLA JORNADA: CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DAS ALUNAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Não será com algumas mulheres no poder, que esqueceremos as milhares escravizadas na cozinha, no tanque e na cama (Maria Lacerda de Moura).

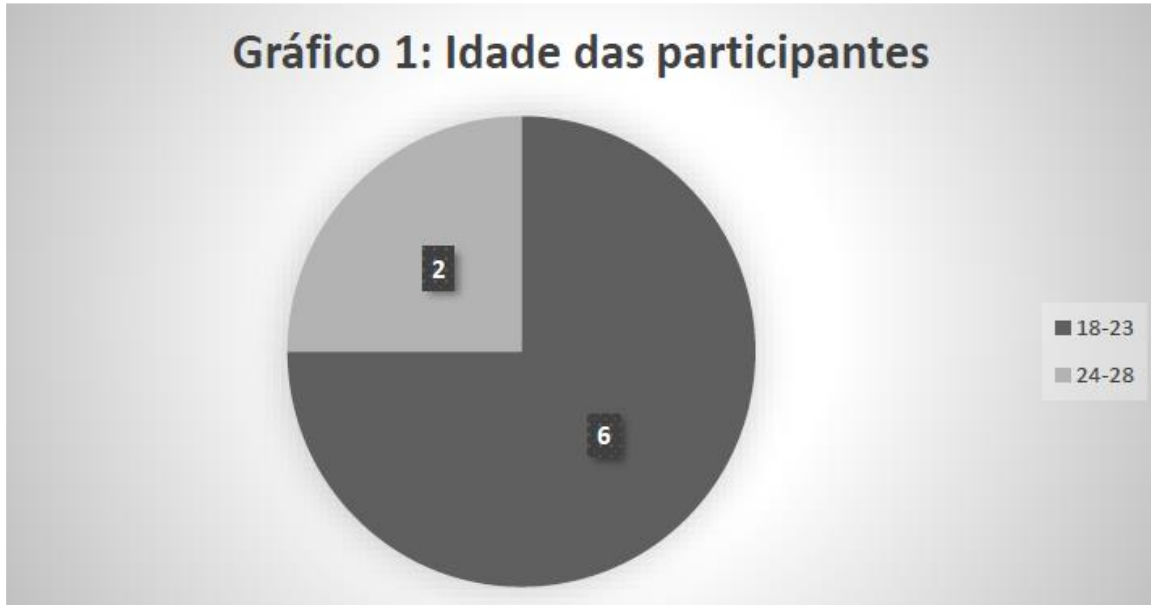
Até aqui fizemos uma breve contextualização da construção histórica dos direitos da mulher em nível de mundo e do Brasil, levando em consideração o contexto da Revolução Industrial, até o peso que a tripla jornada representou para essas mulheres. Continuando tal análise, vamos avançar, agora de forma empírica, na realidade das alunas do Curso de Serviço Social que estudam na Universidade Estadual de Maringá, campus Ivaiporã¹⁴.

Oito estudantes foram escolhidas para participarem dessa pesquisa. Dentre elas, quatro estudantes regularmente matriculadas e que frequentam o curso, uma de cada ano, e as outras quatro em situações de trancamento ou cancelamento de matrícula por motivos que serão demonstrados através das análises que comporão o trabalho. Os dados foram obtidos através de doze questões de múltipla escolha, e uma questão aberta na qual elas puderam descrever a experiência de estarem numa universidade pública que prega igualdade na condição de mulher com tripla ou mais jornadas de vida.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Dentro da caracterização das participantes, a primeira pergunta foi a respeito da idade das participantes. Dessa forma, o gráfico 1: Idade das participantes, mostra a faixa de idade entre elas:

¹⁴ Todos os nomes utilizados no presente capítulo são fictícios.



Fonte: Própria autora

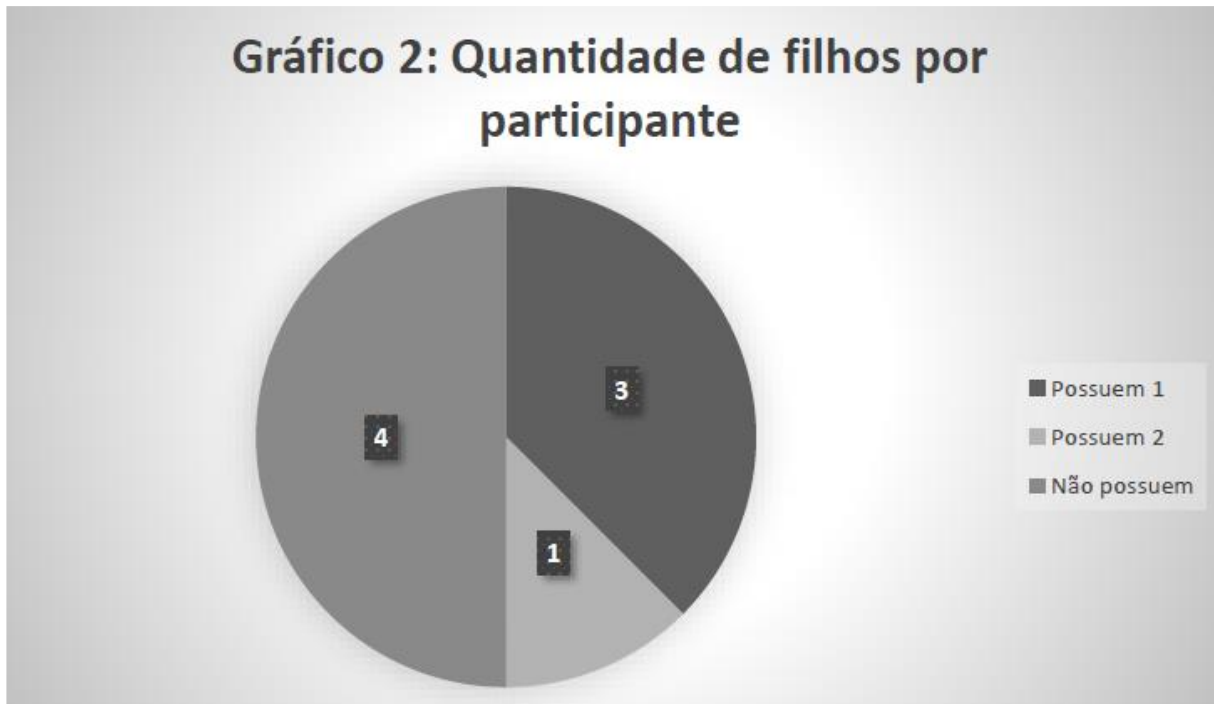
Dentre as participantes dessa pesquisa, nota-se que a grande maioria, seis delas, possui idade dentre 18 a 23 anos, o que demonstra que as alunas são jovens. De qualquer forma, as duas que se encontram em idade de 24 a 28 anos também são bem jovens e já compartilham da tripla jornada.

Cada vez mais a luta pela conquista de direitos impostos as mulheres vêm crescendo e elas entendem que precisam lutar de forma dobrada para tentar alcançar os resultados dos homens em sociedade. Porém, como já apontado nesse trabalho, “em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens” (IBGE, 2021, p. 04), o que não significa que elas estão menos preparadas:

As menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação. Pelo contrário, os dados disponíveis apontam que as mulheres brasileiras são em média mais instruídas que os homens (IBGE, 2021, p. 05).

Ocupar os mesmos espaços que os homens não garante que as mulheres tenham os mesmos direitos e isso se refere a um modo de segregação vertical¹⁵, que coloca a mulher mais uma vez como inferior. Quanto à realidade maternal dessas mulheres, o gráfico 2: Quantidade de filhos por participante, traz esse dado.

¹⁵A exclusão vertical corresponde à dificuldade que as mulheres encontram para alcançar cargos de maior prestígio em qualquer que seja a área em que atuam. Mundialmente, a maior parte dos cargos de liderança é ocupada pelos homens, e a despeito do crescimento de mulheres em cargos gerenciais, o acesso às posições de liderança permanece limitado (BARROS; MOURÃO, 2018, p. 04 *apud* EAGLY et al., 2003; STELTER, 2002).



Fonte: Própria Autora

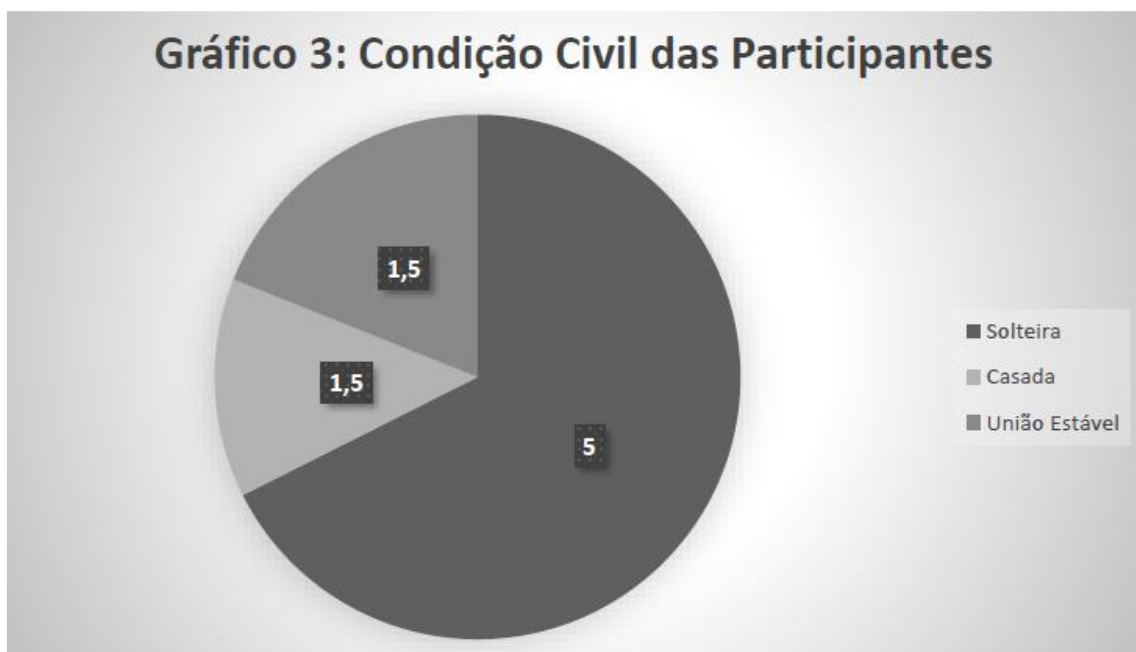
Uma análise interessante a ser feita nessa etapa da pesquisa é que unanimemente as quatro participantes que cancelaram ou trancaram o curso possuem filhos, enquanto as que estão ativamente frequentando o curso, outras quatro, não possuem. Esse dado mostra como a maternidade tem relação direta com a não permanência das estudantes no ensino superior. Somado a isso, a maternidade não somente é um fato decisivo na contratação de uma mulher, mas na demissão dela, como já visto nessa pesquisa:

Para o empregador o fato das mulheres terem filhos é um facilitador da demissão, já no caso dos homens um dificultador, pois, fica permeada a concepção do homem provedor, o chefe da família, e, a mulher aquela que precisa cuidar da prole, para que essa desenvolva com saúde e segurança. (SILVA, 2012, p. 03, *apud* HIRATA, 2002).

Outros fatores influenciam as mulheres a trancarem sua matrícula no curso de ensino superior. Dentre eles, a falta de ter com quem deixar os filhos. No caso das alunas da UEM, mesmo que essa ofereça a creche, essa instituição não é para os filhos das alunas, mas para as servidoras no programa “Pertinho da Mamãe” criado em 1985. Ou seja, elas possuíram o direito de estar numa universidade pública, mas, ao assumirem a maternidade, não tiveram acesso a outros direitos dentro de uma organização capitalista de produção que oprime, massifica e direciona o

trabalho feminino, fazendo com que muitas não possam continuar usufruindo do direito de estudar. Neste sistema são dupla e triplamente exploradas.

Outra realidade dentro da análise desses dados é o privilégio de umas em detrimento de outras, como não possuir filhos, por exemplo. Aparentemente, é mais fácil estudar, e as alunas que não compartilham dessa realidade beneficiam-se. Infelizmente, existem posições de privilégio até mesmo dentro das classes subalternizadas, já que as relações de privilégio se colocam em todas as classes sociais. O próximo gráfico trata da condição civil das participantes:



Fonte: Própria Autora

O gráfico indica que cinco participantes se declaram solteiras, duas estar numa união estável e uma casada. A relação das participantes com relacionamento estável e a não permanência no ensino superior interliga-se com o peso de uma tripla jornada já que, dentre as que estão casadas ou em uma união estável, todas possuem filhos.

As próximas informações podem ser analisadas conjuntamente. Elas tratam da carga horária que as participantes acumulam, elencando todas as atividades que desempenham, colocando nessa realidade a universidade, as tarefas de casa e as atividades remuneradas. Metade das participantes, ou seja, quatro delas, não possuem estabilidade financeira, uma vez que trabalham em empregos temporários, e isso influencia diretamente em suas permanências na universidade. Prova disso é

que, dentre as quatro com a mesma realidade de trabalho temporário, duas delas trancaram ou cancelaram o curso; as outras duas ainda estão na universidade.

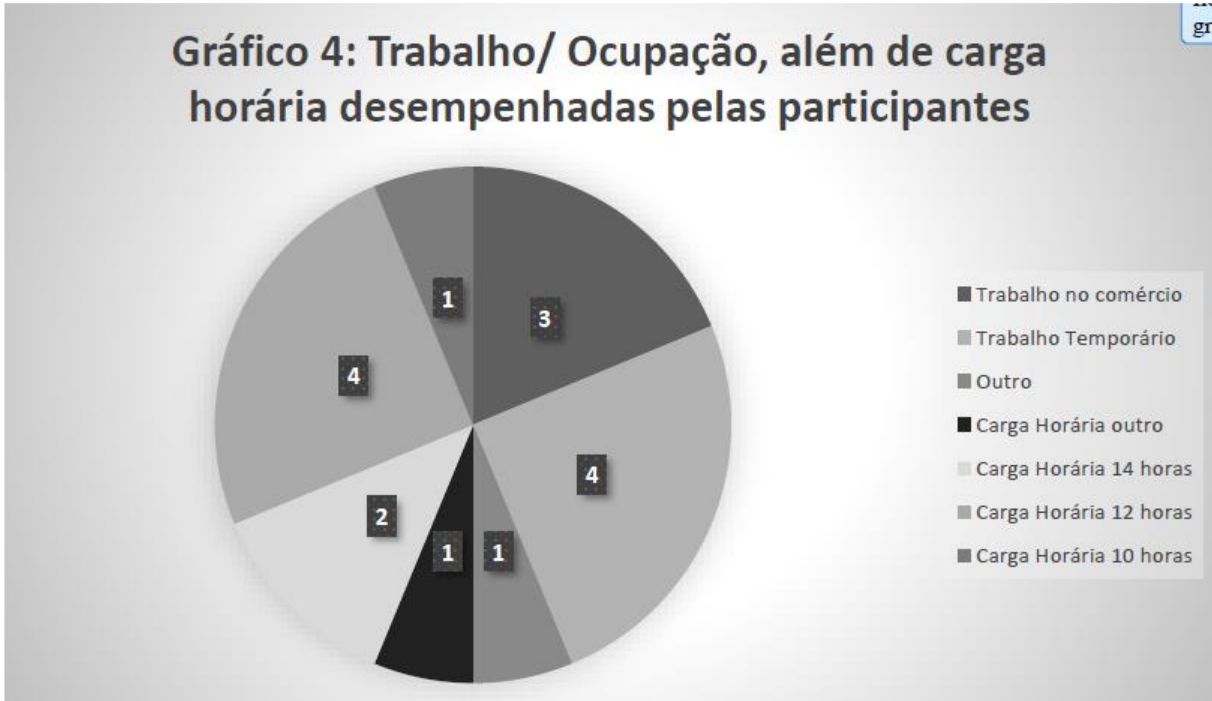
Nos dois casos duas alunas possuíam/possuem grandes dificuldades de deslocarem-se até a universidade por morarem em cidades distantes. Em seus relatos na última questão, inclusive, versam sobre a dificuldade que foi conviver com essa realidade por não saberem o que o futuro lhes reserva. A outra grande parte das pesquisadas, três delas, têm seu trabalho concentrado no comércio, o grande empregador da cidade de Ivaiporã, enquanto apenas uma é servidora pública.

Com a instabilidade do mundo do trabalho e suas mudanças latentes, evidenciadas com os desmontes das leis trabalhistas, os trabalhos temporários tornaram-se corriqueiros. Isso demonstra o caráter da governança federal anterior, que não só fragilizou o mundo do trabalho como também, como já citado, utilizou-se de um viés ideológico neoliberal para enfraquecer políticas públicas que beneficiam as mulheres:

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprova: desde 2019 o governo Bolsonaro vem desmontando as políticas públicas para as mulheres. O boletim do IPEA analisou as ações do governo entre os anos de 2019 e 2020 (LUZ, 2022, s/p).

Com isso, as mulheres, que já são fragilizadas historicamente, sofrem também com as mudanças do mundo do trabalho. Com as respostas dos questionários pelas participantes, realidades intrigantes foram evidenciadas. Duas das entrevistadas possuem uma carga horária diária composta por 14 horas entre todas as atividades desempenhadas. Essas duas, importante ressaltar, também possuem filhos. Inimaginável que uma mulher-estudante-trabalhadora com essa carga horária consiga dedicar-se aos estudos e entregar todas as complexas atividades da universidade sem nenhum prejuízo. Tal contexto fica evidente na realidade dessas alunas que trancaram ou cancelaram sua matrícula. Fica evidente que, por conta do peso de todas as atividades, as participantes não conseguiram acompanhar o intenso ritmo da universidade.

Em segundo lugar, quatro das participantes possuem uma carga horária de 12 horas, o que também é uma exaustiva realidade, e evidencia que as alunas podem chegar ao esgotamento para conseguirem conciliar todas as realidades. O cenário fica melhor colocado no gráfico 4 que, além da carga horária desempenhadas pelas participantes, mostra também suas ocupações:



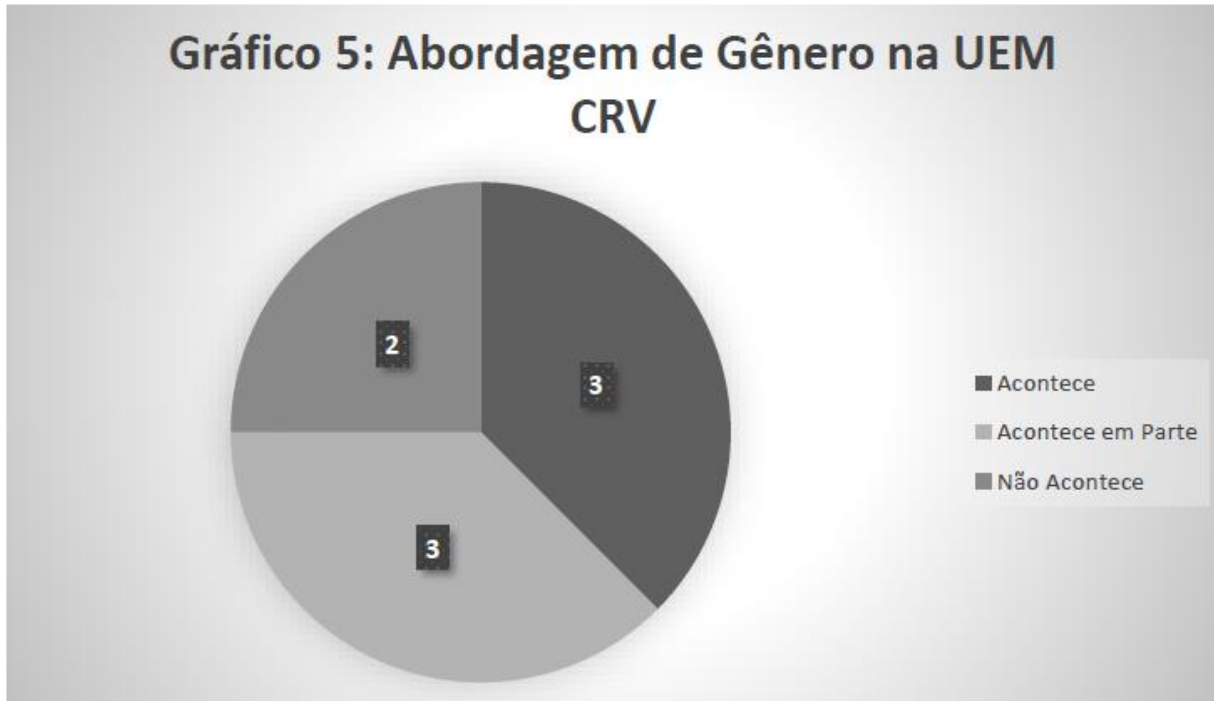
Fonte: Própria autora

Com essa breve caracterização das participantes da pesquisa, podemos evidenciar a relação direta entre a tripla jornada e a permanência na universidade pública. As informações prestadas pelas alunas do Curso de Serviço Social levam-nos a refletir sobre a realidade da inserção destas no mercado de trabalho, informal na sua maioria. A alta carga horária de trabalho diária e os papéis de mãe e companheira, elementos da tripla jornada, vêm fragilizando o direito ao acesso à educação, em especial no ensino superior.

3.2 GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Nessa etapa da pesquisa foi levantado à análise acerca do tema gênero no contexto universitário e como ele é abordado em relação aos professores, alunos e técnico-administrativos. Então, podemos refletir sobre algumas abordagens machistas que ocorrem no ambiente acadêmico, na ótica das participantes, muito embora seja um lugar “igualitário”.

Abaixo segue gráfico 5: Abordagem de Gênero na UEM CRV, que diz respeito às informações de gênero na universidade:



Fonte: Própria autora

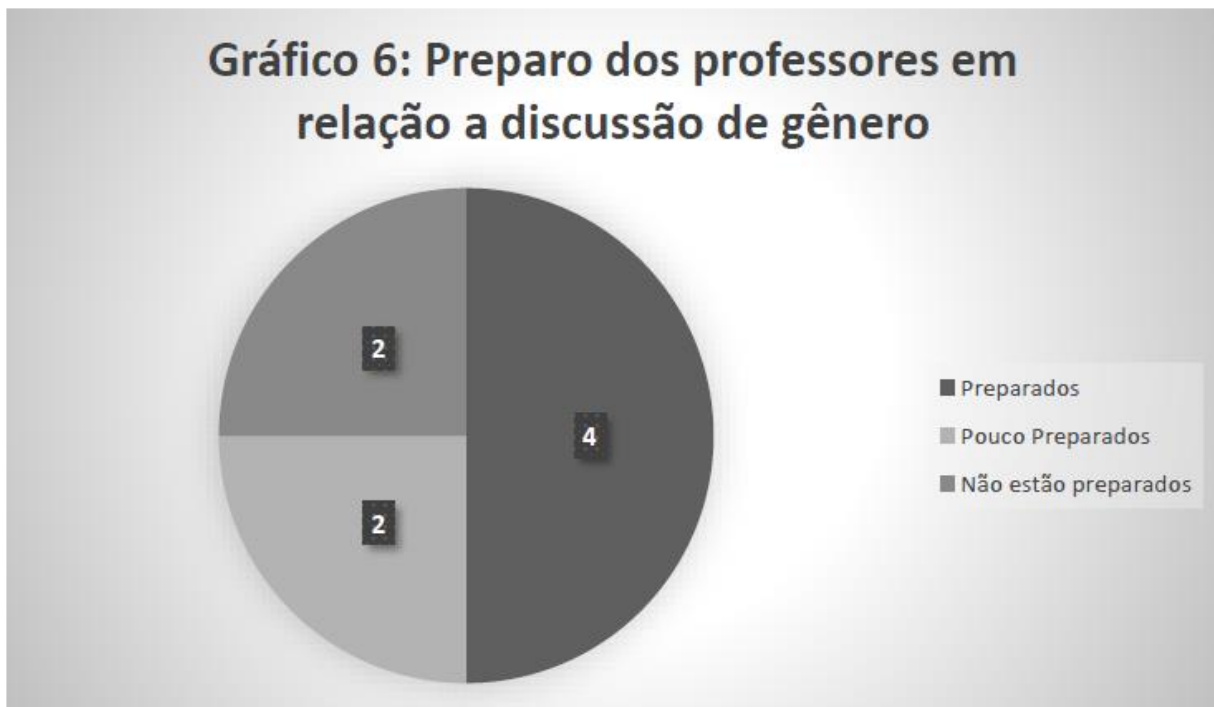
A partir do gráfico 5 podemos acompanhar que três participantes referem que acontece a abordagem de gênero na Universidade. Já para três participantes não. A posição “acontece em parte” pode evidenciar que o posicionamento dos professores a respeito desse tema pode estar pautado sobre a perspectiva reducionista da construção do masculino e feminino, desconsiderando os outros públicos que foram sendo colocados dentro da discussão de gênero: a população LGBTQIAP+¹⁶. Pode significar também que o aprofundamento em gênero na universidade é raso na observação dos determinantes que compõem a temática. Duas participantes responderem que a abordagem de gênero não acontece na universidade, o que pode representar possível despreparo dos profissionais quando se trata do tema.

Quanto à pergunta específica de preparo dos profissionais, quatro alunas disseram que os professores estão preparados para abordar o tema, enquanto duas alunas disseram que eles não estão, e outras duas que os professores estão pouco

¹⁶ Siglas representantes de: L-Lésbicas, G-Gays, Bissexuais, T- Transexuais, Transgêneros e Travestis, Q- Queer, I-Intersexo, A-Assexual, P-Pansexualidade, +- Demais orientações sexuais e identidades de gênero, Não Binariedade, Drag Queen. Disponível em: LGBTQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa? (trt4.jus.br), Acesso em 17/mar/2023

preparados, visto que a pergunta anterior aponta uma disparidade entre as respostas sobre a abordagem da discussão de gênero na universidade.

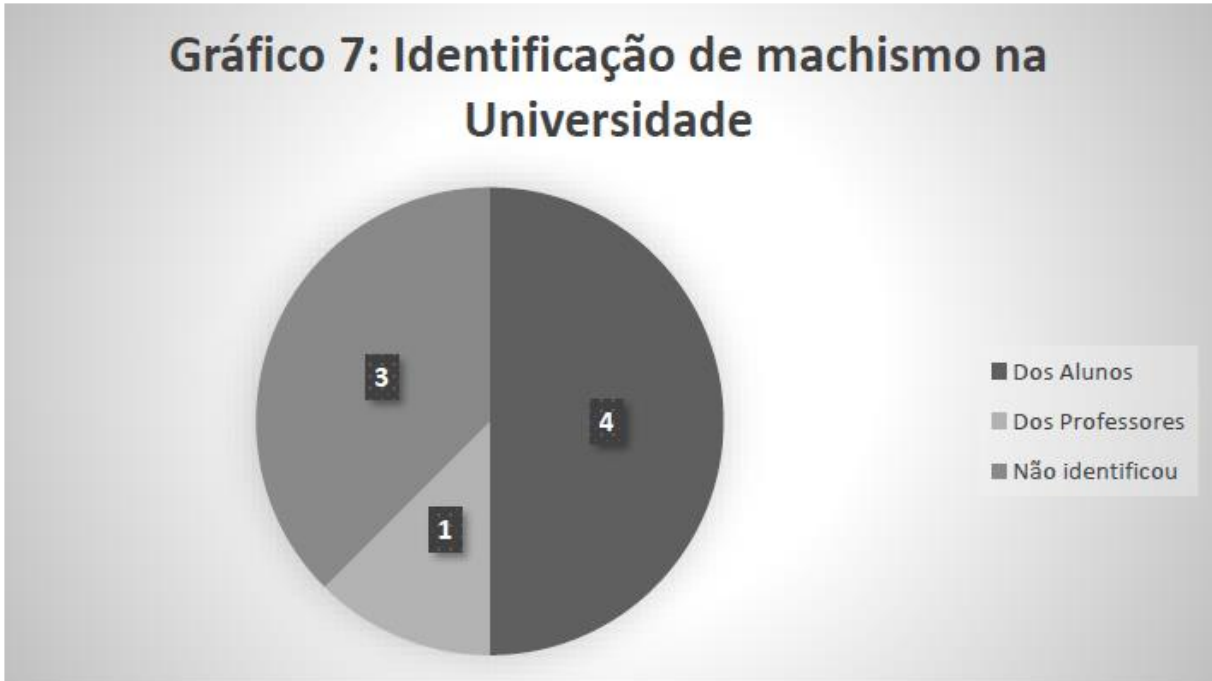
A pergunta a seguir mostra que, em se tratando da discussão de gênero, já feita no âmbito acadêmico, os professores estão preparados para tal. No gráfico 6: Preparo dos professores em relação a discussão de gênero, trazemos os posicionamentos relacionados:



Fonte: Própria autora

Dessa forma, a maioria das participantes considera que os professores estão preparados e isso é muito importante para a formação profissional dos/as futuros/as assistentes sociais, visto que a temática gênero tem ganhado grandes proporções. Assim, tratar da complexidade deste é extremamente importante e precisa ser discutido, estando associado à terceira onda feminista, onde as estudiosas pós-estruturalistas trouxeram novas perspectivas para a luta, como evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho.

Quanto aos posicionamentos machistas dentro da universidade, o gráfico 7: Identificação de Machismo na Universidade, aponta que a maioria das participantes considera que grande parte dessas atitudes parte dos discentes do curso e em pequena parte dos professores.



Fonte: Própria autora

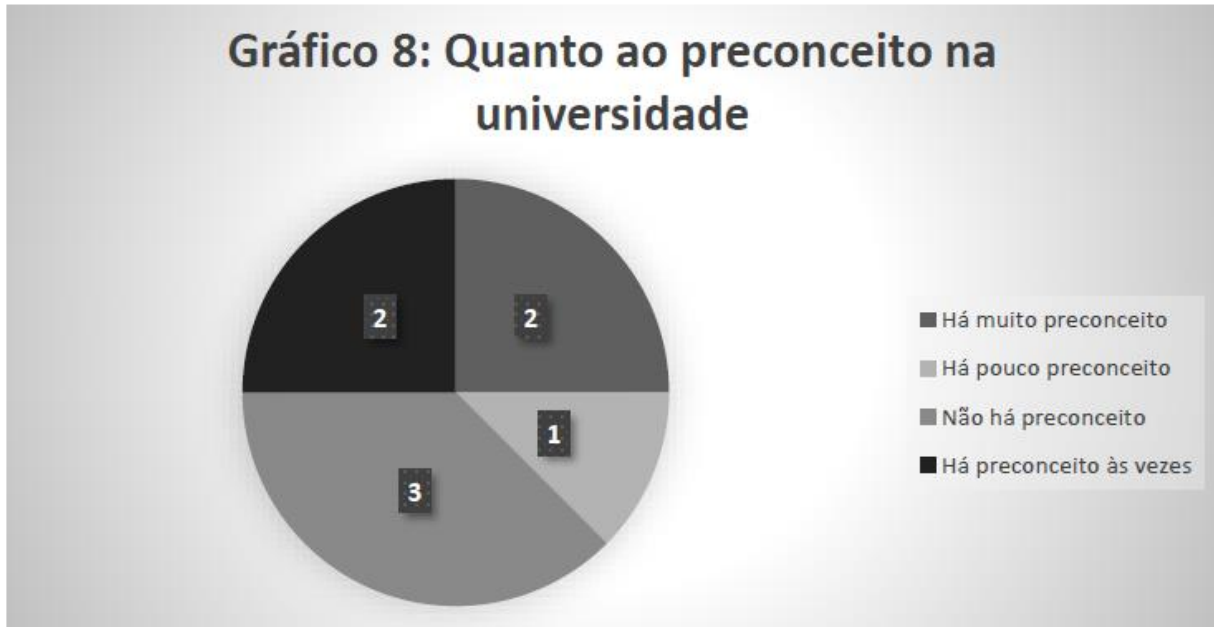
Sendo assim, é importante que haja desconstrução no período de formação dos/as estudantes, já que esse espaço propicia o debate para tal, pois os professores precisam quebrar com o ciclo violento do machismo, entendendo que o “patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

Porém, seu rastro pode também ser deixado na universidade, visto que o modelo patriarcal de organização é muito antigo e forte e pode ser reproduzido até mesmo entre os profissionais com postura mais libertárias, tanto que uma das participantes declara que percebeu posicionamentos machistas de alguns professores.

A universidade, e mais precisamente o curso de Serviço Social, que é um ambiente influenciado diretamente por teorias emancipatórias como a Marxista, precisa ter professores comprometidos com essa proposta, e os alunos têm a possibilidade de desconstruírem esses posicionamentos conforme forem amadurecendo suas posturas críticas.

Três das participantes disseram não ter identificado posicionamentos machistas na universidade e essa é a segunda maior resposta dentro dessa pergunta, o que também é importante, visto que esse espaço precisa ser acolhedor e longe de preconceitos.

A relação do preconceito com a opção/orientação sexual das participantes será a próxima pergunta analisada e demonstrada no gráfico 8.



Fonte própria autora

A pergunta em questão teve múltiplas interpretações quanto à condição de homossexualidade e heterossexualidade no ambiente acadêmico, sem distância relevante entre as opções. Notamos que a maioria das entrevistadas respondeu que não existe preconceito dentro da universidade, o que nos gera esperança. Em contrapartida, em igualdade, as outras participantes responderam que “há muito preconceito, e há preconceito às vezes”, o que evidencia que, apesar das respostas positivas em relação a esse tema, é necessário pensar também sob a perspectiva das alunas que sofreram ou presenciaram algum tipo preconceito a fim de pensar estratégias para tais situações que não sejam recorrentes dentro da universidade.

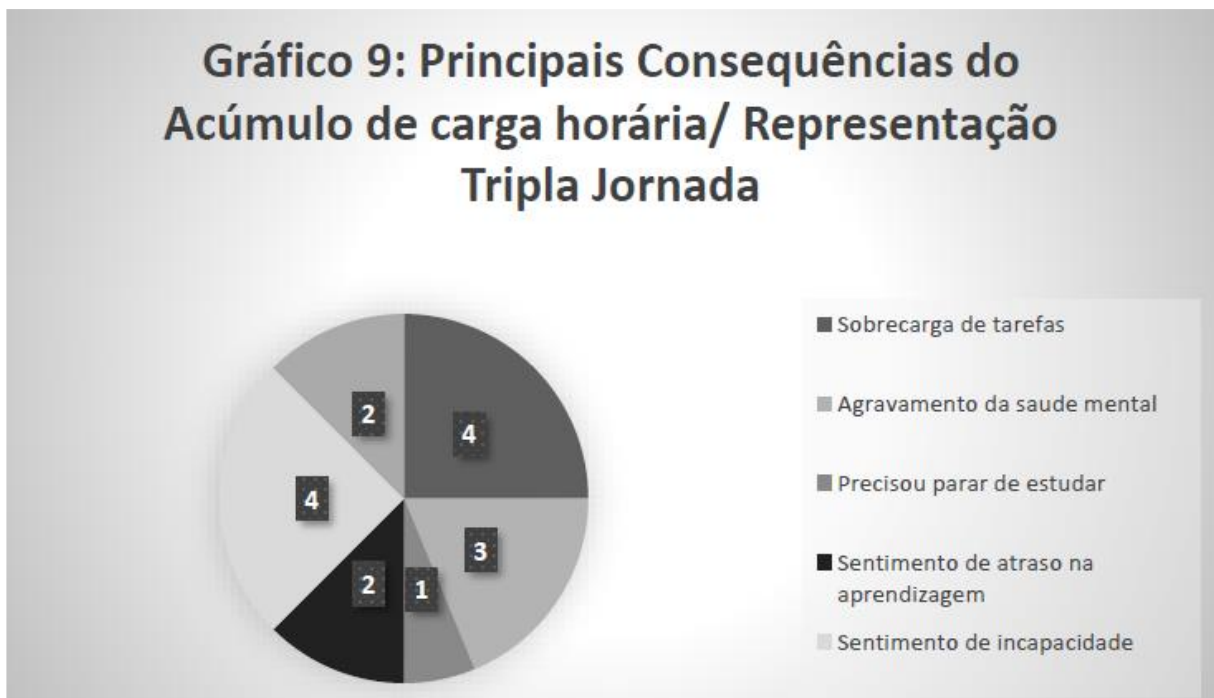
Esse subtítulo evidenciou alguns aspectos de como a construção de gênero é colocada na universidade, elencando seus principais desdobramentos na construção social, levando em consideração a importância do entendimento desse tema. Muito embora se tratando de espaços nos quais já se tem parcial debate sobre o assunto, as respostas mostram que uma desconstrução contínua é importante e muito válida, seja em qual for o espaço.

3.3 TRIPLA JORNADA NA UNIVERSIDADE

Recordando a construção da tripla jornada na universidade, nesse trabalho trouxemos elementos que caracterizam essa construção partindo da realidade das alunas trabalhadoras, mães e responsáveis pela execução dos trabalhos domésticos. A tripla jornada significa um caminho desafiador para as mulheres que decidem ingressar em algum nível de formação, em especial no ensino superior, pois:

A conciliação da tripla jornada é definida como a capacidade de equilibrar a profissão com a vida familiar e a educação, através de estratégias e do apoio recebido (PIRROLAS; CORREIA, 2020, p.10, *apud* LOWE; GAYLE, 2007).

No gráfico 9 são apontadas as principais consequências do Acúmulo de carga horária, acarretados pela tripla jornada na trajetória de formação das participantes.



Fonte: Própria autora

Dentre as respostas coletadas para demonstrar as principais consequências do acúmulo de carga horária da tripla jornada no cotidiano de formação das participantes, a principal, com quatro indicações, foi a sobrecarga de tarefas como principal desdobramento dessa realidade. E, de fato, quando pensamos numa

trabalhadora, mãe, dona de casa e estudante, é impossível não a associarmos a uma carga exaustiva de vida.

Como já apontado pelo IBGE (2021, p. 03), “no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas)”. Obviamente a divisão sexual do trabalho ainda permanece muito bem estabelecida na sociedade. Ainda que as mulheres tenham conseguido participar dos mesmos espaços que os homens, recai sobre elas o peso de uma doutrinação muito bem estabelecida a qual no espaço privado ela fica subalternizada no patriarcado privado¹⁷.

Uma vez que precisam desempenhar inúmeras tarefas, as repercussões biológicas são notadas e as mulheres acabam por esquecer-se de alguns cuidados como a “prática do autocuidado, na prática de atividades físicas e em atividades de lazer, tornando-se um fator de risco para diversas patologias físicas e mentais em mulheres” (SANTOS; NETTO, 2021, p. 5).

A segunda maior resposta dentro dessa questão, com três participações, foi o “Agravamento da saúde mental”. Existe na sociedade um grande estigma e falta de conhecimento acerca das questões mentais e dos transtornos mentais desencadeados ou reforçados por sobrecargas de tarefas e isso acaba por construir uma nova jornada de vida para essas mulheres, pois a exaustão física está intimamente ligada à exaustão mental, refletindo na maneira como essas mulheres enxergam o seu desempenho em sociedade.

Uma pesquisa realizada a fim de estudar as implicações da multiplicidade de atribuições para a saúde da mulher, numa unidade da Estratégia Saúde da Família em Minas Gerais, apontou que:

Para as participantes, a multiplicidade de atribuições deflagra sentimentos diversos e complexos, como sobrecarga, incompletude, responsabilidade, dependência, tristeza, angústia, frustração e insatisfação consigo mesma. Com o tempo, esses sentimentos, advindos de decisões ao longo da vida, tendem a causar desequilíbrios e estresse mental, que se manifesta em crises de ansiedade e depressão ou doenças físicas e acabam por repercutir no cuidado de si, na alimentação, na qualidade do sono, nos momentos de lazer e na prática de atividades físicas, num movimento cíclico vicioso, que se retroalimenta pela própria sensação de insatisfação de si mesma (SANTOS; NETTO, 2021, p. 5).

¹⁷ A noção de sistema patriarcal é a tomada como uma moldura de significados, que possibilita compreender as desigualdades persistentes entre os próprios homens, entre estes e as mulheres, motivadas, sobretudo, pela passagem de um patriarcado privado para um patriarcado público (BANDEIRA p. 02 *apud* WALBY, 1990).

Isto vai ao encontro com o maior número de respostas da questão doze com quatro indicações para “sentimento de incapacidade” como o maior impacto da tripla jornada. Evidência que, apesar de ser uma realidade diferente da área da saúde, ao qual a pesquisa acima trata, ainda assim faz parte de um quadro de mulheres com múltiplas funções que relata em maioria que se sente incapaz por não conseguir dar conta de todas as demandas. E isso é extremamente prejudicial para o psicológico dessas mulheres que reflete diretamente em seus corpos. Esse é o peso por uma construção machista que coloca sob a mulher todas as responsabilidades, retirando a participação masculina das atribuições que os dois poderiam desempenhar.

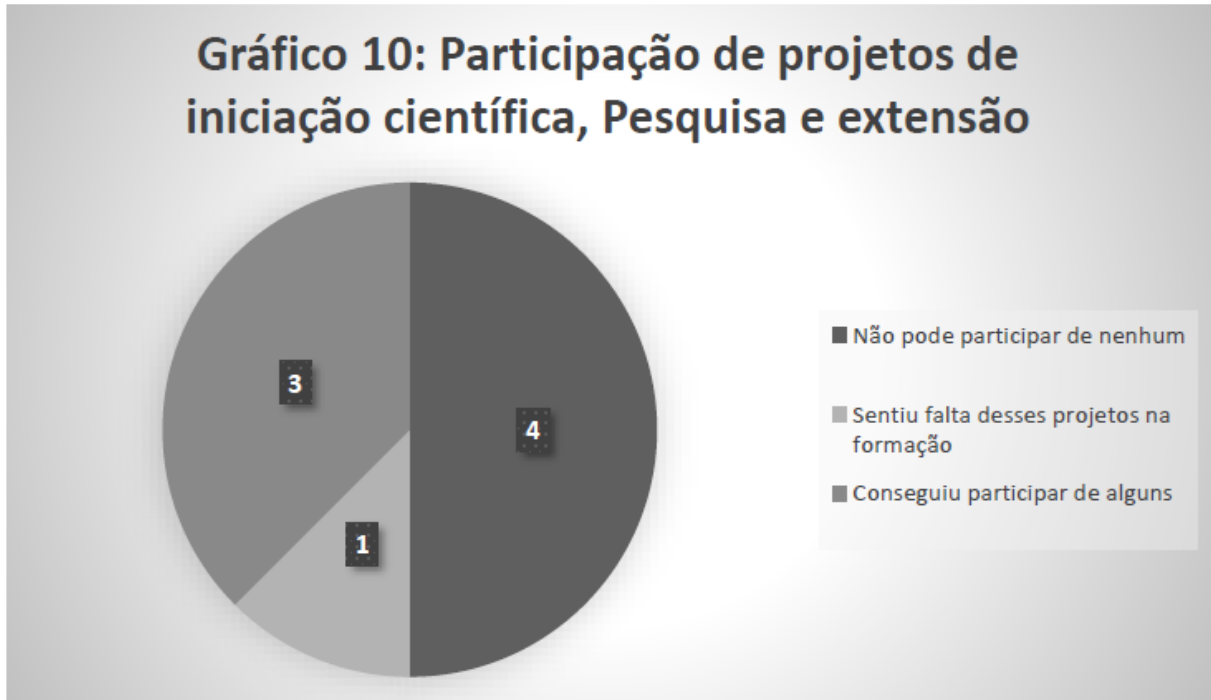
As mulheres, apesar de tantos avanços, continuam respondendo pelas implicações das tarefas construídas socialmente para seu gênero. E com as tantas complexidades e modificações da sociedade, muitas vezes elas não conseguem cumprir da forma como gostariam com essas “obrigações”. Tanto é que uma participante declarou que precisou parar de estudar para dar conta de suas outras atribuições para além da universidade.

É necessário que possamos construir um espaço de aprendizado, alinhado às condições reais de vida das alunas, que muitas vezes não possuem apenas as questões palpáveis para lidar, mas também lutam com transtornos mentais e outras questões resultantes da modernidade capitalista.

Em relação às duas outras alternativas trazidas pelas participantes, temos “atraso na entrega dos conteúdos em relação aos demais alunos com duas afirmações” e “Sentimento de atraso na aprendizagem” também com duas afirmações.

Com tantas demandas que as mulheres desempenham no espaço acadêmico, é notável que essa realidade acarretaria prejuízos na entrega dos conteúdos. O que acaba acontecendo como consequência é o sentimento que as alunas demonstram em sentir que não estão aprendendo da forma como deveriam, e isso também reflete na saúde mental das participantes, já citada nesse trabalho. Isso faz com que os docentes necessitem analisar melhores formas de avaliar, ou ainda que possam esquematizar formas mais acessíveis de produção e transmissão dos conteúdos.

No próximo gráfico, de número 10: Participação de projetos de iniciação científica, Pesquisa e Extensão, será analisada a participação das participantes nos projetos de iniciação científica, além de pesquisas e extensão.



Fonte: Própria autora

Atividades e projetos para além da sala de aula possibilitam que os alunos possam ter um conhecimento teórico-prático acerca de diversos temas, desenvolvimento da capacidade crítica, além de exercitar o trabalho em grupo, na medida em que:

Os programas de iniciação científica são um aprendizado extra vivenciado pelos alunos durante a graduação. São projetos realizados por equipes de professores e pesquisadores das universidades, auxiliando o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes, tendo a pesquisa científica como fonte de apoio teórico e metodológico (MUDES, 2022, s/p).

Uma das participantes relatou que sentiu falta desses projetos na sua formação enquanto estava na universidade. Três relataram que conseguiram participar de alguns projetos, enquanto quatro falam não ter conseguido participar de nenhum projeto desses. Percebe-se que, uma vez que a aluna respondeu que sentiu falta desses projetos, também não participou desses. Dessa forma, a grande maioria, ou seja, cinco alunas, não pode participar desses projetos.

Visto que o ensino/pesquisa/extensão compõe o tripé da universidade pública, precisamos estar atentos a qual camada está acessando esse desenvolvimento, pois as alunas com tripla jornada analisadas aqui não constituem essa realidade, o que impacta não somente nos resultados objetivos e subjetivos das estudantes como também no que se é oferecido de pesquisas pela própria universidade, já que essa acaba por perder grandes talentos. Por falta de inclusão desses sujeitos em tais atividades, profícuas pesquisas podem não estar sendo desenvolvidas.

Sabemos que a forma com a qual a universidade está estruturada relaciona-se a uma construção que perpassa a autonomia dessa instituição, tratando-se de uma questão do próprio Estado que não articula estratégias para poder alcançar a todos os públicos com suas políticas públicas, seja em qual for a área. E essa discussão está intimamente ligada ao patriarcado público e privado, onde a socióloga Sylvia Walby (1990) ancora-se na discussão quantitativa e qualitativa de patriarcado, repousando sobre seis importantes estruturas nesse conjunto de significados que constitui o patriarcado, onde na terceira estrutura aponta as “relações patriarcais no interior das instituições do Estado” (BANDEIRA, 2006, p.02 apud WALBY 1990).

Isso acaba também sendo mais uma forma de reprodução da sociedade capitalista patriarcal, reforçando as posições de dominados e servos no interior dessa mesma sociedade, sendo a universidade pública também uma instituição afetada.

Esse último subtítulo faz uma construção objetiva e material da vivência das alunas inseridas no ensino superior com a tripla jornada, que são, de certa forma, os principais elementos dessa pesquisa. Trazer para a realidade a construção de suas vivências é importante para entendermos a fragilidade que possui para continuar estudando e como é frustrante o fato de não poderem dedicar-se como gostariam e de serem excluídas das atividades pós-sala de aula por conta de suas inúmeras atribuições.

No próximo subtítulo, será feita a análise da questão aberta desse questionário ao qual descrevem o sentimento de estarem numa universidade pública que prega igualdade sendo mulheres com tripla ou mais jornada de vida.

3.4 GÊNERO E TRIPLA JORNADA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: TENSÕES, DESAFIOS E APRENDIZADOS

Ao longo desse trabalho nós discutimos sobre a tripla jornada na realidade das alunas. Na escala hierárquica social, a mulher ocupa a segunda posição e, por isso, precisa esforçar-se o dobro para tentar alcançar os feitos masculinos. O problema é que uma mulher estudante, trabalhadora e dona de casa precisa esforçar-se muito mais para alcançar seus objetivos. E o quadro piora quando se trata de mulheres pretas e pardas, o qual já demonstramos nesse trabalho.

Dentre as participantes dessa pesquisa, é notório que a tripla jornada se traduz em jornadas exaustivas de vida, que acarreta principalmente no sentimento de incapacidade, como explicitado:

Faço o possível para perseverar nos estudos, mas isso acaba que agravando meu aprendizado, às vezes fico com a sensação de incapacidade, pois tenho a sensação de estar sempre atrás nos conteúdos, pelo fato de não ter tempo para poder realizar minhas tarefas. Outro fato, eu chego em casa muito tarde e no outro dia acabo acordando cedo e não tenho esse tempo para realizar as atividades (Participante Shirley).

Por meio da coleta de dados, constatamos que o fator principal percebido pelas participantes foi o sentimento de incapacidade e esse prejudica não somente os estudos, mas também interfere na forma como essas mulheres se enxergam e até mesmo em sua saúde. Versando sobre isso, a participante Taylor pontua: “a sobrecarga de cobranças tanto no serviço quanto na universidade, ocasiona a falta de tempo hábil para manter uma vida social”. Sem tempo para uma vida social, essas mulheres adoecem pelas mais diversas patologias.

As participantes também evidenciam a desigualdade quanto às suas condições de vida em relação aos demais alunos e conseguem perceber que são intimamente prejudicadas. Somado a isso, relatam a falta de compreensão por parte de alguns professores:

Vejo muita defesa dos professores em relação a pauta de outros alunos, mas quando é no caso de um aluno trabalhador, principalmente quando é mulher, não existe defesa nenhuma. Com o discurso: no meu tempo eu estudava, trabalhava e na calada da noite ficava lendo por duas horas, agora vocês, reclamam de tudo, vocês devem correr atrás do prejuízo e se desdobrarem porque eu quero esse trabalho na data tal (Participante Selene).

O forte relato nos faz refletir sobre a abordagem de alguns professores em suas aulas. Será que de fato comprometem-se com a proposta de uma educação emancipadora que promete respeitar as diferenças dos alunos? Ou partem do pressuposto de que contingências da vida e a realidade material dos alunos não contam? Segundo a participante Kathleen, a resposta é que: “não existe diálogo, apenas uma robotização do que se deve ser feito”.

Sabemos que a academia de fato tem seus prazos de entrega de conteúdos, além de montar qual conteúdo será repassado aos alunos, e isso também é uma condição colocada aos professores, mas faz parte da interação do corpo docente estabelecer maneiras para que todos os alunos consigam usufruir de equidade a metodologia de ensino de cada professor, em diálogo com a realidade do aluno. Dando continuidade a esse tema, trazemos mais um relato de uma participante para reforçar qual é o sentimento de uma mulher com uma tripla jornada de vida na universidade:

O sentimento é de incapacidade, independente de quanto puguem a igualdade, ela é inexistente, não tem como você entregar o mesmo resultado de uma outra pessoa que apenas estuda e se dedica o tempo todo só para a formação acadêmica. Corrigindo, você até consegue entregar um bom resultado, se você não dormir, ou deixar de fazer alguma outra tarefa que você com toda a certeza terá que fazer depois (Participante Joan).

Não é difícil responder o porquê da desistência das estudantes-trabalhadoras da formação em nível superior. Os relatos demonstraram alguns dos possíveis motivos e entendemos que o peso de uma tripla jornada acarreta inúmeros desafios para que elas consigam acompanhar o ritmo dos demais estudantes.

Ser mãe e estar na universidade é um fator considerável de desistências. Muitas alunas engravidaram no processo de formação e, diante da nova realidade, não conseguem conciliar as demandas. Joan, a participante do relato acima, continua: “não tem a possibilidade de ler 30 ou 60 páginas por dia quando se tem um recém-nascido, sendo uma mãe no puerpério, com mil e uma emoções a flor da pele”.

Muitas não possuem uma rede de apoio efetiva para que auxiliar nessa situação e essa é de extrema importância. A participante Kathleen caracteriza esta situação:

Quando a gente ingressa no curso, eles têm um discurso que não vão soltar a sua mão, que vão tentar conciliar as dificuldades de cada um, mas na prática isso não existe, são trabalhos maçantes, exaustivos, a faltas são lançadas mesmo quando você não vai por não ter com quem deixar o seu filho.

Para além dessa realidade, as participantes também relatam o preconceito que algumas sofrem quando decidem de fato dedicar-se aos estudos e aceitar a ajuda da rede de apoio, como pontuado pela participante Nina: “a sociedade é preconceituosa, se você estuda, está deixando sua filha para ir estudar se você não estuda, você não vai ter um futuro adequado e nem vai dar a ela um futuro bom”.

A dominação patriarcal possui diversas nuances e isso faz com que a mulher acabe assumindo mais responsabilidades. Para a participante Courtney, “nós mulheres amadurecemos e “criamos” responsabilidade mais cedo, a tal da independência é mágica e boa, mas sacrifícios devem ser feitos!”. Ou seja, a mulher deve estar sempre se sacrificando para conseguir respaldo na sociedade.

Ao passo que algumas participantes evidenciam posições contraditórias em relação ao corpo docente do curso, existe também as participantes que visualizam a universidade (Estado) como responsável pela desigualdade:

[...] trabalhar o dia todo e fazer os trabalhos da faculdade faz com que o serviço seja priorizado em detrimento dos outros dois, no entanto, não podemos culpabilizar as universidades já que é algo estrutural e assim ofertam o que é permitido (Participante Taylor).

Quem está na universidade pública onde se postula um ambiente emancipador e igualitário, para a participante Carrie: “deve se sentir orgulhoso de si mesmo, e também reconhecimento pelo mercado de trabalho, a luta foi grande e o sentimento deve ser de vitória”. Observamos que a participante consegue visualizar a importância da formação de uma universidade pública. E mesmo não estando nesse espaço, incentiva os alunos que conseguem permanecer nesse espaço.

Das participantes que não possuem filhos e continuam regularmente matriculadas, existem as que relatam sentir falta de participar do tripé de formação da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. Tais participantes relatam não poder participar das atividades para além da sala de aula, e essa condição contribui para que se mantenham atrás no aprendizado:

Segundo que a 3 ferramentas da universidade: ensino, pesquisa e extensão; são realizados de maneira equivocada, pois eu e minha turma que somos uma turma de trabalhadores, não conseguimos participar por conta dos horários dos projetos, principalmente os de extensão. Resultando que não me sinto pertencente a universidade e que não estou vivendo ela [...] (Participante Selene).

Para agravar a situação, temos ainda as participantes que moram em outras cidades e não conseguem também participar dos projetos de extensão e pesquisa, e relatam que esse é outro obstáculo:

Não pude participar de nenhum projeto de extensão/pesquisa por conta de um outro obstáculo que tenho, por morar muito longe da universidade e dependendo de transporte para vir, então meio que me sinto excluída dessas atividades. Sinto muita vontade de participar dessas atividades, de alguns eventos na sede, dentre outras (Participante Shirley).

Garantir que as pessoas tenham acesso ao ensino público não significa que de fato todas elas consigam continuar acessando esse direito. E para além de conseguir alunos para estudar na universidade, é preciso também estratégias para manter esses alunos ativos. A participante Courtney aponta:

Levando em consideração que a maioria dos estudantes do curso de Serviço Social são estudantes trabalhadores, por que não proporcionar ações no período noturno ou aos finais de semana? Acho que em momentos assim não foi pensado em nós. Quando se trabalha, o aproveitamento na universidade é pouco!

As políticas de permanência estudantis instituídas em leis parecem não conseguir atingir os alunos, em especial as alunas-trabalhadoras, além do que a universidade parece não ser neutra. Inclusive Bourdieu (1989) pontua:

O mito da escola liberadora", é para perceber a instituição escolar na verdade de seus usos sociais, em outras palavras, como um dos fundamentos da dominação e da legitimação da dominação (MARTIN, 2003, p. 24, *apud* BOURDIEU, 1989, p. 14).

A universidade pública precisa permitir que as discussões sobre metodologias e afins, sobre a permanência dos alunos, seja uma pauta importante desse sistema educacional. Nesse mesmo espaço já aprendemos que, de fato, tudo está estruturado a fim de manter os pilares alinhados à prática de manutenção do capital. Não podemos desconsiderar tais artifícios.

Todas as participantes dessa pesquisa possuem suas particularidades e seus posicionamentos críticos muito bem estabelecidos e de fato elas entendem que o machismo, reprodução direta da dominação patriarcal, estrutura uma sociedade que coloca a mulher numa posição subalterna.

Essas mulheres enxergam que a academia, e ainda mais a universidade pública, trata-se de um espaço totalmente subordinado ao Estado, onde se tem muita desigualdade, trabalhos acadêmicos complexos com prazos de entrega curtos, onde são oprimidas por serem mulheres e, por isso, muitas vezes se veem obrigadas a uma tripla, quadrupla, quántupla jornada de vida.

E, para finalizarmos os relatos, deixamos o da participante Kathleen que reforça essa ideia para além da universidade e explica a pressão de estar numa universidade pública, precisando passar por inúmeros percalços:

[...] Por fim, não aguentei toda aquela pressão e desisti do curso, não existe igualdade para nós, porque esse é o sistema, é assim que continuaremos subalternizadas, presas a empregos ruins, relacionamentos abusivos e clínicas psiquiátricas. Sempre nos colocarem nesses lugares e não querem que isso mude, porque mesmo que a universidade pública venha com seu lindo discurso de igualdade, na prática só reforçam a opressão que sofremos fora dela.

O modelo educacional brasileiro atualmente é o prussiano¹⁸ de educação, o que nos remete a um ensino baseado em relações de poder de modo a manter, de fato, a ordem estabelecida: “a educação, que deve ser palco de autonomia, se mostra ambiente de controle e disciplina normativa, moralização em vez de eticidade” (FILHO; ROCHA, 2018, p.256).

Mesmo que a reflexão acerca dessa condição seja feita nas salas das universidades, o sistema continua operando sob essas condições, pois “todo processo de negação e interdição do corpo na prática pedagógica só é possível de ser realizado em função do poder disciplinar, tal como foi tratado por Foucault (2009) no livro *Vigiar e punir*” (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p.159).

¹⁸ O modelo prussiano do século XVII, que acreditava que as crianças eram meros instrumentos de manipulação, voltado a formar contingente para o mercado de trabalho. [...] Um exemplo do modelo prussiano são as cadeiras uma atrás da outra, uma forma de controlar os jovens mediante o uso da educação. As relações humanas baseavam-se no não afeto, na atenção e na escuta, na obediência e numa relação vertical, onde o professor era o único com autonomia para dizer o que era certo ou errado. Esse método foi bastante difundido em terras brasileiras, desencadeando uma normatização no ensino público e privado no Brasil. (Disponível em: <https://profes.com.br/profmarciocavalcan ti/blog/a-educacao-prussiana-dos-dias-atuais>. Acesso em: 29/mar/2023.)

Apesar dessa estrutura que cerceia direitos, os professores podem e devem mudar suas perspectivas de ensino. Bell Hooks (2013) versa sobre formas emancipadoras de ensino e aprendizado e, inclusive, dialoga com Paulo Freire de modo a transgredir a educação bancária¹⁹. Hooks (2013, p.22) exemplifica:

Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma. Para abraçar o aspecto teatral do ensino, temos de interagir com a "plateia", de pensar na questão da reciprocidade. Os professores não são atores no sentido tradicional do termo, pois nosso trabalho não é um espetáculo. Por outro lado, esse trabalho deve ser um catalisador que conclame todos os presentes a se engajar cada vez mais, a se tornar partes ativas no aprendizado.

Os corpos que foram por tanto tempo dominados possuem agora caráter crítico sobre essa dominação. E as mulheres que inicialmente foram vistas como naturalmente incapazes e inferiores, podem participar da construção do conhecimento. Posições arbitrárias e sem empatia dentro da universidade não possuem mais espaço. É necessário que a concepção da comunidade acadêmica acompanhe o movimento histórico de lutas por emancipação humana dentro e fora da universidade.

¹⁹ A educação bancária não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos. Quer, na verdade, que corpos de alunos e alunas sejam inconscientes e sujeitados às suas regras. Perpetua e reforça, assim, sua relação vertical e autoritária. (BRIGHENTE, MESQUIDA 2016, p. 161)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou refletir a relação de gênero e tripla jornada na universidade pública a partir da realidade das estudantes de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM) numa forma de destaque para as pautas das estudantes trabalhadoras que estiveram ou ainda estão ocupando esse espaço de formação.

No primeiro capítulo foi feita uma análise histórica sobre a movimentação do sistema capitalista para continuar com sua acumulação, trazendo o trabalho feminino como incremento de mão de obra. Partindo do pressuposto patriarcal da divisão sexual do trabalho advindo do casamento até chegarmos à luta feminina organizada pela luta por direitos, avançamos nosso olhar até a maturação do movimento feminista, as discussões de gênero e seus desdobramentos.

No segundo capítulo, retomou-se o percurso histórico da luta feminina no Brasil e a linha evolutiva dos direitos conquistados pelas mulheres, tais direitos construídos antes da Constituição Federal de 1988 e os direitos instituídos após o importante documento. Posteriormente, o estudo avançou para a análise da tripla jornada de vida das mulheres, questionando se os avanços adquiridos, na verdade, reforçaram a dominação patriarcal. Por fim, adentra o campo universitário, abordando políticas públicas de acesso e permanência na universidade até chegar aos desafios da Universidade Estadual de Maringá para execução de tais políticas.

O último capítulo traz a pesquisa aplicada do trabalho, voltando o foco para as alunas de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde foi aplicado um questionário abordando a caracterização das participantes, gênero na universidade e tripla jornada. Em destaque, por meio de uma questão aberta, através dos relatos das participantes da pesquisa, foi feita uma construção sobre seus sentimentos em estar nesse espaço, compactuando de outras realidades e como essas repercutem em seus percursos acadêmicos.

Para que se pudesse concluir esse trabalho, foi necessário atravessar certas adversidades, como a tardia resposta do Comitê de Ética da Universidade que acabou por atrasar a aplicação dos questionários, além de manter a atualização de um estudo que se complexifica todos os dias, como a questão da tripla jornada, que já apresenta estudos intitulados como a “quarta jornada de vida das mulheres”. Nesse sentido, o estudo promoveu muitas discussões e abre reflexão para

podermos entender os motivos que a tripla, quádrupla ou, até mesmo, demais jornadas de vida interferem na realidade das estudantes.

Conectar a discussão de gênero à perspectiva cisgênero foi um obstáculo significativo para a conclusão desse trabalho, uma vez que a discussão em gênero é muito abrangente e está em constante construção. Embora necessário, fragmentar esse tema significa excluir particularidades. A ótica da autora interliga-se com sua realidade e por isso foi necessário fazer esse estudo aprofundado a partir de um recorte. Fica para o futuro a oportunidade de produzir estudos relacionando as comunidades abarcadas em gênero, tripla jornada e a universidade, já que o presente estudo se mostrou estimulante e necessário.

Quanto a percepção da universidade pública à luz das estudantes com tripla jornada, foi possível notar que para além das normas técnicas e conhecimento do conteúdo, reafirmados por alguns professores, é necessário olhar para essas mulheres em suas complexidades. Mulheres que possuem tripla jornada, não conseguem ter tempo para se mobilizarem a fim de reivindicarem melhorias, afinal, estão muito ocupadas em manterem suas próprias subsistências. Essa pesquisa não é uma receita de bolo que aponta para um norte rumo ao que se deve ser feito, mas de apontamentos para se pensar em possibilidades de enfrentamento.

Essa pesquisa é uma denúncia, e aponta para realidades arcaicas como os errôneos posicionamentos presentes em algumas práticas docentes, além das fracas possibilidades disponibilizadas pelo Plano Nacional de Permanência Estudantil (PNAES). Essas ainda são realidades das mulheres, que estão sendo silenciadas, a forma como demonstram isso, é o cancelamento de suas matrículas. O intuito desse trabalho é uma reflexão conjunta para que mudanças possam ser efetivadas. O resultado disso, fica para os próximos apontamentos trazidos pelas pesquisas posteriores.

Trata-se de uma rede complexa de sujeição e subordinação que envolve relações capitalistas subordinadas ao Estado, que sofre suas determinações e pela lógica de interesses mercadológicos e meritocráticos. A universidade nada mais é do que um reflexo dessas relações.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Cronologia dos direitos das mulheres**, s/a. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/cronologia-dos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- ALKIMIN, M. S. D'. **A conquista do voto feminino no Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/diuli/Downloads/1219-2056-1-PB.pdf>. Acesso em 08 mar. 2023.
- ANDRADE, M. C de. **A educação prussiana dos dias atuais**: Características do Ensino no Brasil no século XX e XXI, 2018. Disponível em: <https://profes.com.br/profmarciocavalcanti/blog/a-educacao-prussiana-dos-dias-atuais>. Acesso em 29 mar. 2023.
- AZEVEDO F. M. C. de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista, **Revista Três Pontos**, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/diuli/Downloads/giselecosta,+Gerente+da+revista,+2+-+o+conceito+de+patriarcado-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BANDEIRA, L. Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública. In: 30º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, **Anais...** Caxambu. 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt27-11/3517-lbandeira-patriarcado/file>. Acesso em: 11 set. 2022.
- BARBOSA, R, M; MONTINO, M, A, Mulher universitária: dificuldades e superações para concluir o ensino superior, **Revista Multidebates**. v.4, n.6, 2020. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/305/275>. Acesso em 16 fev. 2023.
- BARROS S, C, V; MOURAO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia e Sociedade**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- BATISTELLA C. O que é a Lei Carolina Dieckmann? **Certifiquei**, 2021. Disponível em: <https://www.certifiquei.com.br/lei-carolina-dieckmann/>. Acesso em 17 fev. 2023.
- BEAUVOIR, S.de. **O segundo Sexo**: fatos e mitos. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, S.de. **O segundo Sexo**: a experiência vivida. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016
- BLAY, E, A. 8 de Março: Conquistas e Controvérsias, **Estudos Feministas**, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zSfcjFQPyGjGDwpR53pQcxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022

BOTINI, L, M; BATISTA, R, L. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor.** Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_artigo_lucia_mamus_bottini.pdf. Acesso em 11 Set. 2022.

BRASIL TEM MAIS de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022 — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: www.gov.br. Acesso em 10 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.**

Disponível em: Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 - Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020 - DOU - Imprensa Nacional. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em 15 fev. 2023.

BRIGHENTE, M, F; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **PRO-POSIÇÕES**, v. 27, n. 1, p. 155-177, jan.-abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 mar. 2023.

CAJADO, A, F, R; CARDOSO, T, D. **Mulheres no Brasil**, voto feminino: O voto da mulher e as representações sobre o leitor. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011. Disponível em:

https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/1284/2011_cajado_voto_mulher_representacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 fev. 2023.

CAMARA R, H, Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações, Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191. Disponível em:

pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf. Acesso em: 07 nov 2022.

CARVALHO J, D. **Políticas Públicas e Inclusão Social no Brasil**: um olhar sob a educação superior, 2016. Disponível em: Jus.com.br. Acesso em 14 fev. 2023.

CASTRO, G. Orientação vocacional nas escolas favoreceria o ensino superior público, dizem especialistas, **Estadão**, 2023. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/educacao/orientacao-vocacional-nas-escolas-favoreceria-o-ensino-superior-publico-dizem-especialistas/>. Acesso em: 19 mar 2023.

CAVALCANTI R, L, M; GUERRA V, G, M, G. **Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro.** Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ensai_o/a/JbyKTD9_9g9Pw_cky5n5cyX_Dg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mar 2023.

CISNE, M. A feminização” da Assistência Social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XX, **Anais...** São Luis, 2007. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/6912b8f5264e3ab9992bMIRLA_CISNE.pdf. Acesso em: 20 mar 2023

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COELHO M, G. **Gêneros desviantes**: o conceito de gênero em Judith Butler. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Florianópolis, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191493/PFIL0320-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov 2022.

COLLING, A, M. **Direitos humanos para que humanos?** São Leopoldo: Sinodal, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Hoje é o Dia Internacional de Luta das Mulheres, É no 8 de março, é todo dia**: no Serviço Social e na sociedade, as mulheres são maioria, 2022. Disponível em: bing.com. Acesso em: 16 fev. 2023.

DA SILVA, J, P, A; DO CARMO, V, R; ROSSINI G, B, Jaber R. In As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em: 23 out.2022

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FALA UNIVERSIDADE, SUFRAGISTAS: **Quem eram e qual a sua importância para as mulheres**. Disponível em: falauniversidades.com.br. Acesso em: 23 fev. 2023.

FILHO, T; ROCHA, D. Os Fundamentos da Pedagogia Prussiana Liberal: reflexões sobre o hábito disciplinar no currículo militarista, **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em <http://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8916/5405> . Acesso em: 02 abr 2023

FILLIPIN, N; HISING E. Processos de feminicídios tornam mulheres 'invisíveis' com falta de informações: 'Narrativa machista', **Portal G1**, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/31/proc-essos-de-feminicidios-tornam-mulheres-invisiveis-com-falta-de-informacoes-narrativa-machista-diz-pesquisadora.ghtml>. Acesso em 10 fev 2023.

FIRESTONE, S. **A Dialética do Sexo**. (s.c.): Labor do Brasil, 1970.

FIRMINO F, H; PORCHAT, F. Feminismo Identidade e Gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”: **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/diuli/Downloads/4+Firmino-1.pdf. Acesso em: 10 out 2022.

FOLLADOR, J, K. A mulher na visão do Patriarcado Brasileiro: Uma herança ocidental, **Revista fato & versões**, v.1, n.2, p. 3-16, 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO-libre.pdf?1392384203=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO.pdf&Expires=1682911594&Signature=axd09L783jpVYuDj2LwTB010JW03EvS0bqtvCGgSqKbQ104PBhZlud1IXQwQbZqS0QoM8O0Fyfhe3cgvz7ZqhwI2CFydNORf5KbdKCt6dDLIdQ5trFInvO5y96lpjviS13tSfcR452UniLdnCfi~Ln-RqcV2jzLGf1dRUXlukk8S1vz9E76z3zW0qzMFBrI4lpwunoTETUUhULfrZdMjRrK~owrzVL4gdwWxEXDUWJgvNZmAEtjmFhYJi8IMGfsOLEDjal1Wntgts7pPYbh1OQq~SczM43roZuStqGRfKbL9v-zoVf5i5BazCF15-yZRMsa8v2ufFeirBH4No5~Q__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 10 Out 2022.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

GIL, A, C. **Como elaborar Projetos de Pesquisas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A, S. Pesquisa Qualitativa, Tipos Fundamentais, **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov, 2022

GOMES, R; N; BALESTERO, G, S; ROSA, L, C, F. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas - Ouro Preto-MG**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/292/269>. Acesso em: 10 fev. 2023

HESPANHOL, C, G. **Clara Zetkin e a libertação das mulheres**. Dissertação de mestrado, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BRASÍLIA. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42479>. Acesso em 23 jan 2023

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir, a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas- Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

IDOETA, P, A. Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego, **BBC NEWS Brasil**, São Paulo, 2019.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664>. Acesso em: 18 fev, 2023

KARAWEJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, enero-junio, 2014, pp. 64-84. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134632894005.pdf>. Acesso em: 10 fev 2023

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Global, 1978.

LEITE, G. **Jornal Jurid**, 2021. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/viva-o-dia-internacional-das-mulheres#:~:text=Somento%20em%202002%20a%20falta,er a%20v irgem%20antes%20do%20matrim%C3%B4nio>. Acesso em 08Mar2023

LGBTQIP+. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>. Acesso em 17 mar. 2023.

LOPES C, M, S. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção, **Cadernos Pagu**. jan-jun 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Yyqvmv4gkq449zL5p3CtH8J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023

LUIZA, T. O ensino remoto está funcionando? **Comunica UEM**, 2020. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/comunicauem/2020/10/31/o-ensino-remoto-esta-funcionando/>. Acesso em: 17 mar 2023

LUZ, B. **Governo Bolsonaro intensificou desmonte de políticas para mulheres**, diz IPEA, 2022. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2022/07/05/governo-bolsonaro-intensificou-desmonte-de-politicas-para-mulheres-diz-ipea/>. Acesso em: 15 mar 2023

MARTIN M, D, S. Dominação Social, Dominação Escolar. **Educação e Realidade**, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25659/14990>. Acesso em: 17 fev.2023

MARTINELLI, M, L. **Serviço Social, Identidade e Alienação**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. O capital. **Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MARX, K. **O Capital**. Coleção grandes mestres do pensamento. São Paulo: Formar, v.6, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Programa Nacional de Assistência Estudantil**, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em 16 fev. 2023.

NETO, H, A, **Pesquisa Científica na Prática**, Canoas, ULBRA, 2010

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDUZZI, P. Mapa do Ensino Superior aponta Maioria Feminina e Branca, **Agência Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>. Acesso em 10 fev. 2023

PERROT, M. **Os excluídos da história, Operários, Mulheres e Prisioneiros**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PIRROLAS O,A,C; CORREIA , P, M,A,R. Profissão, família e educação – conciliação da tripla jornada: uma questão de políticas e práticas organizacionais ou uma questão de sexo? **Rev. FAE**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 7 - 22, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/642/514>. Acesso em 10 mar.2023

PITANGUY J. **Os direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Fundo Brasil de direitos humanos, s/a. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/downloads/artigo_mulheres_jacpit.pdf. Acesso em 15 mar. 2023

REVISTA TREE. Disponível em: <https://treediversidade.com.br/conquistas-femininas-ao-longo-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 02 Fev 2023.

ROCHA, A, L, C. **A Moderna Condição Conjugal Feminina: Metamorfoses de Corpos e Afetos de Mulheres Descasadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2014.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência, Expressão Popular**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, I, F. **Implicações da multiplicidade de atribuições para a saúde da mulher**, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/diuli/Downloads/20415-Article-249747-1-10-20210924.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, C,M,M; AZEVÊDO A, P; SOUZA, É, L. A Mulher em Tripla Jornada: Discussão Sobre a Divisão das Tarefas em Relação ao Companheiro, **Revista Gestão & Conexões Management and Connections Journal**, Vitória (ES), v. 10, n. 2, mai./ago. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/diuli/Downloads/5_103_121_34558-1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica, **Educação e Realidade**, 1995.

SESC/RJ. **Março delas: Conheça a Trajetória das Lutas pelos Direitos das Mulheres no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.sescrj.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso dia 17 fev. 2023.

SILVA E. Trabalho feminino mediante as “novas” concepções impostas pelo capitalismo. In: VIII SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR e VI SEMINÁRIO

“O TRABALHO EM DEBATE”. UNESP/ USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 set. 2012 – UNESP. **Anais...** Franca/SP, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/10.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SILVA T, N,. **Anos 1990**: desenvolvimento, neoliberalismo e novo padrão de acumulação, Universidade Federal de Goiás, s/a. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/D2013-04.pdf>. Acesso em: 10.fev.2023

Site. Disponível em: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito#:~:text=1977%20%2D%20O%20div%C3%B3rcio%20foi%20institu%C3%ADdo,de%20dezembro%20do%20mesmo%20ano>. Acesso em 17 set 2022.

Site. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em 11 de Set, 2022.

Site. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

TREVISAN, G. **Maringá Post, Prefeitura assume creche da UEM, compra vagas e vai atender 1,7 mil crianças de uma fila de 4,2 mil**. Disponível em: maringapost.com.br. Acesso em 17 fev. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n.º 006/2020-CEP**, 2020. Disponível em: Resolução 006/2020-CEP (uem.br). Acesso em 15 fev. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Divisão de Creche**. Disponível em: uem.br. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n.o 019/2018-COU**, 2018. Disponível em: Resolução n.o 019/2018-COU. Acesso em 17 fev. 2023

VAZ A; BATISTELA, C. Pesquisa revela que 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres: 'Mãe empreendedora', diz moradora de SC, **G1 SC**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/23/maes-empendedoras-pesquisa-revela-que-487percent-das-familias-sao-chefiadas-por-mulheres.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2023

VIANA G,S; FRANCISCO M, V. **A política de assistência estudantil da UEM e os impactos no processo de formação de professores do campus regional do Vale do Ivaí**. Disponível em: gabriela-da-s-viana.pdf (uem.br). Acesso em 17 mar. 2023.

VIANA, T. Do medo à dependência: por que mulheres desistem das denúncias de violência doméstica, Alvo de julgamentos pela sociedade, renúncia à queixa contra agressor envolve fatores emocionais e até financeiros, **Diário do Nordeste**, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/do-medo-a-dependencia-por-que-mulheres-desistem-das-denuncias-de-violencia-domestica-1.3170812>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIEIRA, A; AMARAL, G, A. A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher, **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p.403-414, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/sYY4pGvn5HKn6L9dMrPFLfK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 ago. 2022.

VITTUDE. **Identidade de gênero**: tudo o que você precisa saber. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/identidade-de-genero/>. Acesso em 31 mar. 2023.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvidicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICES

Apêndice 1 Questionário:

Questionário

A construção de gênero e a reprodução do machismo no Ambiente Acadêmico.

Responsáveis:

Nome da entrevistada: _____.

1. Quantos anos você tem?

- 18 a 23
- 24-28
- 29-33
- Outra idade:_____.

2. Em relação a filhos, você:

- Possui 1
- Possui 2
- Possui 3
- Possui mais que 4.
- Não possui.

3. Em relação à sua condição civil, você se considera:

- Solteira
- Casada
- União estável
- Divorciada
- Outra.

4 Em relação à sua ocupação/trabalho para além da Universidade, das opções abaixo, qual corresponde à sua inserção:

- Trabalho no comércio
- Trabalho doméstico
- Trabalho temporário
- Outro.Qual? _____.

5. Considerando o total de horas diárias entre a Universidade, o trabalho remunerado ou não e as tarefas de casa, você considera um total de:

- 8 horas
- 10 horas
- 12 horas
- 14 horas
- 16 horas
- Outro.

6. A partir o acúmulo de carga horária diária dispendido para as atividades, das opções abaixo, elenque a principal consequência que você percebe:

- Agravamento da saúde mental
- Sobrecarga de tarefas
- Perda de relacionamentos
- Abandono de algum projeto de vida
- Precisou parar de estudar
- outro: _____.

7. Na sua percepção, a abordagem da questão de gênero na Universidade, considerando os espaços da sala de aula, dos projetos de iniciação científica, de pesquisa e extensão, bem como outras atividades no âmbito acadêmico:

- Acontece
- Acontece em parte
- Não acontece
- Não tenho conhecimento.

8. Você considera que, em relação à abordagem das temáticas de gênero, os professores estão:

- Muito preparados
- Preparados
- Pouco preparados
- Não estão preparados.
- Não há interesse no tema.

9. Você já identificou posicionamentos machistas dentro da Universidade por parte:

- Dos alunos
- Dos professores
- Dos técnicos-administrativos
- Da direção e coordenadores
- Não identificou.

10. Em relação à sua condição de homossexualidade/heterossexualidade no ambiente universitário, você considera que na universidade pública:

- Há muito preconceito
- Há pouco preconceito
- Há preconceito as vezes
- Não há preconceito

11. Em relação às atividades extracurriculares, projetos de iniciação científica, de pesquisa e extensão, pós-sala de aula, você:

- Não pude participar de nenhum
- Consegui participar de alguns
- Senti falta desses projetos na minha formação
- Não senti falta desses projetos na minha formação

12. A sobrecarga da tripla jornada te representou:

- Atraso na entrega dos conteúdos em relação aos demais alunos
- Sentimento de atraso na aprendizagem
- Prejuízo em notas

- Sentimento de incapacidade
- Não me representou nenhum prejuízo

13. Para finalizar esse questionário, com suas palavras, descreva o sentimento de estar numa universidade pública que prega a igualdade, sendo uma mulher com tripla ou mais jornada de vida.

Apêndice 2 – TCLE.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Direitos das mulheres, tripla jornada e a construção de gênero na Universidade pública, a qual tem por objetivo compreender em que medida a constituição da tripla jornada das estudantes universitárias contribui para reforçar a contraditória reprodução da concepção de gênero da sociedade, no âmbito da Universidade pública. Os participantes desta pesquisa constituem-se de alunas regularmente matriculadas e que trancaram ou desistiram do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), **localizado no Campus Regional do Vale do Ivaí, em Ivaiporã/PR, em 2022**, as quais convivem com realidades paralelas aos estudos: são mães e cumprem outras jornadas de trabalho.

Segundo a recomendação da Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS, o questionário será aplicado na forma não presencial, por e-mail, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa. Tal questionário é constituído de 13 questões objetivas e uma dissertativa, que levará em média de 20 minutos para ser respondido. Ressaltamos a importância de você guardar em seus arquivos uma cópia deste termo de consentimento. Para além, este presente termo será elaborado em DUAS VIAS, com as folhas RUBRICADAS em todas as suas páginas e assinadas ao seu término pelo participante da pesquisa, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada. O participante receberá uma cópia.

A sua participação ajudará no desenvolvimento de novos conhecimentos, os quais irão qualificar os estudos sobre patriarcado, machismo e gênero no ambiente universitário, bem como contribuir de forma direta para a formação acadêmica em Serviço Social.

Os dados informados serão sempre tratados confidencialmente, sendo resguardados pelos pesquisadores responsáveis. **Ao término da coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".** Os resultados deste estudo serão utilizados na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Em nenhuma etapa desta pesquisa você será identificado(a) por nome ou de qualquer outra forma. Você não terá custo nem receberá por participar. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição.

Entre os riscos dessa pesquisa, aponta-se a invasão da privacidade, a tomada de tempo das participantes, além da possibilidade de constrangimento ao responder os questionários. Diante de tais riscos, os responsáveis por esta pesquisa comprometem-se em proporcionar um ambiente tranquilo, bem como o acolhimento, se necessário, durante a coleta de dados. Em relação aos benefícios, estão a contribuição para a comunidade acadêmica na qual a estudante está inserida e para a sociedade, possibilitando a promoção da qualidade de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais, além de contribuir para relações sociais de gênero mais igualitárias, em especial no ambiente universitário.

Essa pesquisa será apresentada para a comunidade acadêmica e geral e será disponibilizada em formato físico nas dependências da Coordenação do Curso de Serviço Social da UEM, Campus Regional Vale do Ivaí, e em formato digital no sítio <http://www.crv.uem.br/cursos-de-graduacao/servico-social>, além da publicação em periódicos científicos.

Caso você tenha dúvidas ou solicite esclarecimentos, poderá entrar em contato pelo e-mail do pesquisador responsável, o professor Dr. Douglas Marques: douglas.sersocial@gmail.com; também o contato pode se dar pela acadêmica Diuliane Fortunato de Souza, pelo telefone: (43) 998648544, ou através do e-mail: diuliane.fortunato@gmail.com.

Salientamos que a qualquer momento você poderá solicitar informações dessa pesquisa junto ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM (COPEP). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEM é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberado e educativo, criado para defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Tal Comitê tem como endereço e contato: Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP 87020-900. Maringá-Pr. Telefone: (44) 3011-4597, e-mail: copep@uem.br. Atendimento: 2ª a 6ª feira das 13h30 às 17h30. O atendimento ocorrerá preferencialmente por telefone ou e-mail.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

Prof. Dr. Douglas Marques